

Mapeamento das Organizações da Diáspora e do seu Contributo para o Desenvolvimento da Guiné-Bissau (2016/2021)

Frederica Rodrigues

Estudos
N.º3



Ianda
Guiné!
Djuntu



Um Programa da União Europeia
Ação implementada pelo IMVF

Mapeamento das Organizações da Diáspora e do seu Contributo para o Desenvolvimento da Guiné-Bissau (2016/2021)

Frederica Rodrigues

FICHA TÉCNICA

A Série Estudos da Ação *landa Guiné! Djuntu* investiga temas relevantes para a sociedade civil guineense que contribuam para a disseminação de conhecimentos e colaborem efetivamente para a solução de problemas das comunidades e para a resolução dos desafios nacionais.

A Ação *landa Guiné! Djuntu* é implementada pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), no âmbito do *londa Guiné!*, um programa da União Europeia de oportunidades sociais e económicas para a população da Guiné-Bissau.

Realização

landa Guiné! Djuntu

Coordenação da Ação *landa Guiné! Djuntu*

Victor Puerta

Autoria do Estudo

Frederica Rodrigues

Coordenação do Estudo

Cátia Lopes - Ação *landa Guiné! Djuntu*

Revisão técnica

Revisão técnica Cátia Lopes, Lilian Galvão e Racinela Silva (*landa Guiné! Djuntu*); Francesca Moledda, Fabio Longobardi e Madeleine Onclin (Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau) e Ana Fonseca (Unidade de Coordenação do Programa *landa Guiné!*)

Revisão ortográfica

Luís Salgueiro

Design e paginação

Matrioska Design

Impressão

Finepaper

Impresso em Lisboa, em junho de 2023

Texto escrito conforme o novo Acordo Ortográfico.

Pode copiar, fazer download ou imprimir os conteúdos desta publicação (utilize papel certificado ou reciclado). Pode utilizar excertos desta publicação nos seus documentos, apresentações, blogs e website desde que mencione a fonte.

Porque defendemos a igualdade de género como um valor intrínseco aos Direitos Humanos, onde se lê “o” deve ler-se também “a” ou “e” sempre que aplicável, de forma a garantir o respeito pela igualdade de género também na escrita.

ÍNDICE

Prefácio	7
Agradecimentos	9
Sumário Executivo	11
Lista de Acrónimos	14
Lista de Figuras e Tabelas	15
Introdução	17
Metodologia	19
Estudos Anteriores sobre o Associativismo da Diáspora Bissau-Guineense	23
Caracterização do Contributo das Organizações da Diáspora na Guiné-Bissau	28
Quem são as Organizações da Diáspora	28
Onde estão as Organizações da Diáspora	34
Quais são as Regiões Recetoras na Guiné-Bissau	36
Quais são as Áreas e Tipos de Intervenção	39
Quais são as Parcerias	46
Quais são os Financiamentos	49
Quais são os Resultados	52
Quais são as Dificuldades	55
Quais são os Reforços Solicitados	61
Conclusões e Recomendações	63
Bibliografia	71
Anexos	73

PREFÁCIO

Este estudo revela com dados concretos o poder e o compromisso inabalável de muitas organizações da diáspora bissau-guineense em contribuir para o progresso e o bem-estar do nosso país. A mote de exemplo, as organizações da diáspora estão a desempenhar um papel vital na promoção da educação junto das gerações mais jovens e foram fundamentais no combate à pandemia da Covid-19 e na mitigação dos seus efeitos sobre o empobrecimento da população.

Impõe-se, por isso, uma palavra de reconhecimento pelos esforços, motivação e solidariedade manifestada pelos nossos compatriotas organizados coletivamente no estrangeiro. Cabe também, naturalmente, um sentido agradecimento ao IMVF pela iniciativa e a todos os envolvidos nesta pesquisa e na elaboração desta publicação.

Conhecer as diásporas e as suas organizações - saber quem são, onde estão (nos países de residência e no território guineense), o que e como fazem, o que pretendem, bem como as limitações que enfrentam ao se engajarem em iniciativas de desenvolvimento - é desbravar caminho para que o governo e outros atores chave possam aproveitar ao máximo este ativo de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

A investigação agora apresentada transmite uma quantidade notável de informação sobre as ações das organizações da diáspora bissau-guineense. Descreve o vasto leque das ações concretas da diáspora em prol do desenvolvimento, entre outros, por região, setor de intervenção e tipo de atividade e caracteriza o *modus operandi* das organizações, nomeadamente em termos de identificação das necessidades, mobilização de recursos (financeiros e materiais), estabelecimento de parcerias, dificuldades ao longo da execução, cumprimento e acompanhamento dos resultados. Fornece, ainda, ao governo um leque de recomendações adicionais que nos ajudará a estabelecer uma direção clara na construção de uma relação construtiva com as diásporas, em linha com o estabelecido no Plano Estratégico do Governo para a Diáspora.

É do nosso entendimento que o engajamento da diáspora deve ser realizado por meio de parcerias colaborativas e inclusivas. Ora este estudo apoia-nos precisamente nesse sentido, sendo uma ferramenta valiosa que nos permite identificar as oportunidades de colaboração, promover a troca de conhecimentos e experiências, e garantir que as vozes das organizações da diáspora sejam ouvidas e as suas preocupações sejam atendidas.

A criação de confiança e de um diálogo aberto e duradouro entre a Guiné-Bissau e a diáspora, nomeadamente através das suas organizações, é um dos maiores desafios na governação das questões migratórias. É nossa responsabilidade apoiar o estreitamento da colaboração entre o governo e as organizações da diáspora e direcionar as instituições do Estado para um serviço próximo a essas organizações. Isso inclui facilitar o acesso a informações relevantes, criar dispositivos administrativos e jurídicos que impulsionem e facilitem o seu contributo, e servir como ponte intermediária entre elas e outros atores e projetos relevantes na Guiné-Bissau. Devemos aproveitar tanto o potencial já revelado quanto o ainda inexplorado dessas organizações da diáspora e cultivar um ambiente propício para uma colaboração contínua e frutífera.

Braima Mané
Diretor Geral das Comunidades

AGRADECIMENTOS

O Estudo Mapeamento das Organizações da Diáspora e do Seu Contributo para o Desenvolvimento da Guiné-Bissau (2016/2021) só foi possível graças ao financiamento da União Europeia no âmbito do Projeto *landa Guiné! Djuntu*.

Ao governo da Guiné-Bissau agradecemos a colaboração ao longo do processo de entrevistas, muito em particular ao Sr. Diretor Geral das Comunidades Braima Mané. Uma especial palavra de agradecimento às missões diplomáticas da Guiné-Bissau em Brasília, Bruxelas e Praia que prontamente cederam contactos de organizações da diáspora ativas nesses países.

É com gratidão que se reconhece o generoso e profissional apoio do IMVF e da equipa da Ação *landa Guiné! Djuntu* na realização desta investigação. Um agradecimento muito especial a Cátia Lopes e a Lilian Galvão pelo seu incansável acompanhamento e contribuição para a realização do presente estudo. Uma palavra de apreço a Racinela Silva pela sua revisão do estudo. Agradeço igualmente a confiança e disponibilidade do Coordenador da Ação *landa Guiné! Djuntu*, Victor Puerta. Também cabe agradecer a meticulosa revisão e edição do texto por parte da Unidade de Coordenação do *landa Guiné!* e a disponibilidade dos escritórios regionais do *landa Guiné!* no apoio logístico à realização das missões de terreno para consulta e apresentação do estudo.

À equipa operacional no terreno que apoiou a elaboração do estudo, cabe uma palavra de agradecimento a Haua Embalo e ao Emmanuel Lopes pelo seu apoio na realização das entrevistas aos beneficiários das iniciativas da diáspora na Guiné-Bissau e às próprias organizações da diáspora. Aos pontos focais do estudo nas diferentes regiões cabe um agradecimento pelo seu inestimável trabalho de identificação das comunidades que beneficiaram das iniciativas das organizações da diáspora.

Agradecemos, também, a generosidade do investigador Doutor Alexandre Abreu que prontamente disponibilizou a sua base de dados de contactos das organizações da diáspora bissau-guineenses.

Por fim, e com uma palavra de enorme apreço, este estudo não teria sido possível sem a colaboração e disponibilidade de muitos dirigentes e técnicos das organizações da diáspora bissau-guineense, em vários pontos do mundo, que partilharam o seu tempo, experiência, lições aprendidas e recomendações. Foram conversas longas ao final de um dia de trabalho e durante os fins de semana, que expressam, também, o seu desejo de contribuírem de forma engajada e contínua para o processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente estudo pretende apresentar um mapa atualizado das organizações da diáspora com intervenção em todo o território da Guiné-Bissau (de 2016 a 2021) e um retrato fidedigno das principais características das suas atividades/iniciativas de apoio ao desenvolvimento do país.

Sistematizam-se as ações concretas da diáspora em prol do desenvolvimento, entre outros, por região, setor de intervenção e tipo de atividade e caracteriza-se o *modus operandi* das organizações, nomeadamente em termos de identificação das necessidades, mobilização de recursos (financeiros e materiais), estabelecimento de parcerias, dificuldades ao longo da execução, cumprimento e acompanhamento dos resultados.

Em termos de **metodologia**, fez-se uma **revisão da literatura** sobre as organizações bissau-guineenses na diáspora. Para a identificação das organizações da diáspora com atuação na Guiné-Bissau realizaram-se **entrevistas a informantes-chave em Bissau a nível central e em todas as regiões e SAB**, utilizando o método da amostragem por bola de neve. Foram igualmente **consultadas as bases de dados sobre as organizações existentes e contactadas missões diplomáticas da Guiné-Bissau** para referenciação de outras. Deste processo resultou a identificação de 189 organizações da diáspora. Entre aquelas contactáveis, **48 organizações haviam desenvolvido iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau no espectro temporal em análise**. Realizaram-se, assim, **entrevistas semiestruturadas a estas 48 organizações da diáspora que tinham implementado 78 iniciativas no total**. As entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora deram origem a **uma base de dados que permitiu a análise estatística dos resultados com recurso ao SPSS**. Do leque de organizações da diáspora, foram **selecionadas algumas como exemplos de boas práticas**, à luz do que a análise de resultados permitiu identificar como alguns dos principais aspectos problemáticos da implementação das iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau.

As **organizações da diáspora** que estão a contribuir para o desenvolvimento da Guiné-Bissau no espectro temporal em análise (2016-2021) são organizações da terra natal sediadas numa panóplia de países, com maiores ou menores contingentes de guineenses. Estas organizações estão, sobretudo na Europa, muito particularmente em Portugal e França e o seu contributo é transversal a todo o território da Guiné-Bissau. Por força da importância e dimensão da emigração destaca-se como região beneficiária Cacheu, seguindo-se Bafatá e Gabú.

Com a prévia auscultação e consensualização das iniciativas com as comunidades/entidades beneficiárias, as organizações da diáspora têm centrado a sua atuação em iniciativas que resolvam as necessidades básicas da população, nomeadamente em termos de educação e saúde. As organizações da diáspora trabalharam, também, bastante na segurança alimentar, sobretudo com a distribuição de bens alimentares de primeira necessidade a várias famílias.

As organizações da diáspora estão a contribuir para o desenvolvimento, sobretudo, através da disponibilização de material para a construção de escolas, reforço do material escolar, construção de centros de saúde e doação de equipamento e material diverso. Têm investido em iniciativas de capacitação e transferência de competências de emigrantes guineenses ou outros profissionais mobilizados por eles para entidades, serviços públicos ou comunidades na Guiné-Bissau, embora em menor escala.

Os dados obtidos permitem constatar que as iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau têm ocorrido com recurso à celebração de parcerias, em que se destaca o papel das comunidades locais ou associações congêneres à da diáspora como agentes de implementação. As Fundações e Organizações Não Governamentais nos países de residência da diáspora surgem, por seu turno, também como parceiros relevantes das organizações da diáspora – por exemplo, doando material ou facilitando o transporte de bens com os seus meios próprios para a Guiné-Bissau. Por contraste, as entidades públicas nos países de residência e na Guiné-Bissau não aparecem como parceiros fulcrais nestes contributos coletivos da diáspora. Importa realçar que o Estado da Guiné-Bissau é, de facto, segundo os números e os discursos dos dirigentes das organizações da diáspora um elemento que é potencialmente bastante relevante, mas cujo papel pode ser claramente reforçado. As iniciativas são largamente implementadas por voluntários, tanto na diáspora quanto na Guiné-Bissau.

Em termos de financiamento, as organizações da diáspora revelam uma sólida capacidade de constituição de uma base de recursos próprios para conduzirem as suas iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau. Cerca de 6 em cada 10 iniciativas realiza-se com o financiamento próprio das organizações cujos montantes provêm, sobretudo, das quotas internas dos associados. Nos casos em que obtêm financiamento externo, a maioria das iniciativas é financiada por Fundações nos países de residência das organizações da diáspora.

Embora as organizações da diáspora tenham autonomia financeira e, portanto, possam definir as suas prioridades de atuação no país de origem, essa independência pode, por outro lado, limitar a dimensão e o alcance dos seus resultados. Isso ocorre porque as organizações geralmente têm poucos associados que pagam de forma contínua as suas quotas, devido às dificuldades socioeconómicas enfrentadas nos países de residência. Essa situação pode refletir a falta de capacidade de captação de financiamento externo.

As organizações da diáspora têm obtido resultados diversos no seu trabalho de apoio ao desenvolvimento. O reporte dos resultados cinge-se, na grande maioria das situações, à verificação da ocorrência ou não das atividades previstas. A contabilização dos seus efeitos e do seu impacto é uma prática genericamente ausente nos procedimentos das organizações, exceto no caso das organizações não governamentais cujo nível de profissionalização requer a apresentação destes dados. Não costumam publicar relatórios anuais de atividades, financeiros ou de auditorias, o que pode dever-se à falta de capacidade técnica ou à não exigência por parte dos financiadores. Esta lacuna ao nível da monitorização e avaliação e reporte de resultados pode estar a contribuir para a desconfiança por parte da diáspora no uso dos donativos, um aspeto referido em vários momentos pelos dirigentes das organizações, o que condiciona a angariação de fundos junto dos emigrantes.

Muito embora ocorram problemas ao nível da planificação, orçamentação e sustentabilidade de algumas das iniciativas, o contributo das organizações da diáspora é fulcral para o bem-estar das populações beneficiadas, por estarem a cobrir necessidades básicas da população, nomeadamente ao nível da saúde, educação e acesso a água. Pode afirmar-se, por exemplo, que seriam muito mais as crianças sem acesso à escola se não houvesse o contributo das organizações da diáspora, que não só constroem ou reabilitam infraestruturas como cofinanciam o pagamento dos salários de professores. São reveladores deste apoio os depoimentos dos que nas comunidades na Guiné-Bissau reconhecem a “enorme ajuda” e “solução” que os coletivos da diáspora representam no alívio das suas dificuldades. De resto, as organizações da diáspora estão a contribuir para localidades e com iniciativas não cobertas nem pelo Estado da Guiné-Bissau nem por outros agentes de desenvolvimento, como as organizações não governamentais.

Relativamente às dificuldades, o acesso a financiamento por parte das organizações da diáspora é identificado pelas próprias como a principal dificuldade com que se deparam. Por outro lado, importa referir os enormes desafios que as organizações da diáspora têm enfrentado no desalfandegamento dos bens no porto de Bissau. Para além de casos em que há bens que desaparecem dos contentores, é recorrente o pagamento de quantias avultadas não previsto pelas organizações. Há, pois, uma enorme desinformação das organizações da diáspora relativamente ao processo de desalfandegamento dos contentores, também pelo facto do procedimento não ser devidamente explicado (“passo a passo”) pelo Estado.

Assim, e em linha com as dificuldades previamente identificadas pelas organizações, os reforços mais solicitados estão relacionados com o acesso ao financiamento, nomeadamente formação em oportunidades de financiamento, capacitação em desenvolvimento de propostas e aproximação a doadores.

Nesse sentido, propõe-se um conjunto de recomendações de ações que contribuem para cinco grandes objetivos:

- i. Aproximar o Estado das organizações da diáspora e fortalecer os laços de confiança, através de processos de consulta e de diálogo;
- ii. Gerar um ambiente propício ao contributo das organizações da diáspora, através de reformas institucionais no Estado e disponibilização de informação em vários meios e línguas;
- iii. Reforçar as capacidades das organizações da diáspora de aceder a financiamentos vários, identificar oportunidades, prestar contas, monitorar e divulgar resultados, através de ações contínuas de formação;
- iv. Exponenciar as parcerias múltiplas, nomeadamente entre as organizações da diáspora e os agentes de desenvolvimento na Guiné-Bissau, através da identificação de contatos úteis entre si;
- v. Estimular a cooperação e coordenação entre as organizações da diáspora, através da realização de momentos de partilha de conhecimentos entre si.

LISTA DE ACRÓNIMOS

- CEDEAO** Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- DGC** Direção Geral das Comunidades
- ICANG** Instituto de Coordenação da Ação Não Governamental
- IMVF** Instituto Marquês de Valle Flôr
- OIM** Organização Internacional para as Migrações
- ONG** Organização Não Governamental
- ONGD** Organização Não Governamental de Desenvolvimento
- SAB** Setor Autónomo de Bissau
- UE** União Europeia

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Organizações da Diáspora identificadas com iniciativas de apoio à Guiné-Bissau (2016/2021), por tipo de organização (%)

Figura 2: Organizações da Diáspora identificadas com iniciativas de apoio à Guiné-Bissau (2016-2021) formal ou informalmente constituídas (%)

Figura 3: Organizações da Diáspora identificadas com iniciativas de apoio à Guiné-Bissau (2016-2021) por ano/década da sua criação (%)

Figura 4: Distribuição das Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por região na Guiné-Bissau (%)

Figura 5: Distribuição das Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por área de intervenção na Guiné-Bissau (%)

Figura 6: Distribuição das Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por tipo de intervenção na Guiné-Bissau (%)

Figura 7: Distribuição das Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por modalidade de intervenção na Guiné-Bissau (%)

Figura 8: Material enviado para a Guiné-Bissau pelas Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por tipo de bens (%)

Figura 9: Recurso a Parcerias nas Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas entre 2016 e 2021 (%)

Figura 10: Principal Parceiro das Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por tipo de parceiro (%)

Figura 11: Financiamento das Iniciativas das Organizações da Diáspora Guineense identificadas (2016-2021), por financiamento externo ou interno (%)

Figura 12: Principal Financiador Externo das Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por tipo de financiador (%)

Figura 13: Medição dos Resultados das Iniciativas das Organizações da Diáspora Guineense identificadas entre 2016 e 2021 (%)

Figura 14: Dificuldades na Implementação das Iniciativas das Organizações da Diáspora na Guiné-Bissau entre 2016 e 2021 (%)

Figura 15: Reforços Técnicos Identificados pelas e para as Organizações da Diáspora identificadas (%)

Tabela 1: País de Localização das Organizações da Diáspora identificadas com iniciativas de apoio à Guiné-Bissau (2016-2021)

Tabela 2: Profissionais enviados à Guiné-Bissau pelas Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021)

INTRODUÇÃO

As comunidades da diáspora e suas organizações representativas são cada vez mais vistas como um ativo importante no desenvolvimento social e económico dos seus países de origem, devido ao seu capital financeiro, conhecimentos técnicos e redes de contactos.

A esta luz, o presente estudo visa mapear e diagnosticar a atuação das organizações da diáspora bissau-guineense no seu trabalho de contributo para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Este documento enquadra-se no âmbito da Ação *Ianda Guiné! Djuntu*, implementada pelo Instituto Marquês de Valle Flôr e integrada no Programa *Ianda Guiné*, promovido e financiado pela União Europeia.

Com o propósito de incentivar uma maior sinergia das organizações da diáspora e potenciar os resultados, esta investigação surge ao abrigo do *Roteiro da UE para um compromisso com a sociedade civil na Guiné-Bissau*, que tem como objetivo global contribuir para a consolidação da boa governação no país, através do reforço das capacidades, da participação e concertação da sociedade civil.

Muito especificamente, pretende-se apresentar um mapa atualizado das organizações da diáspora com intervenção em todo o território da Guiné-Bissau (de 2016 a 2021) e um retrato fidedigno das principais características das suas atividades/iniciativas de apoio ao desenvolvimento do país, nomeadamente no combate à pobreza e à desigualdade, na promoção da democracia e dos direitos humanos e na ação face aos desafios do desenvolvimento sustentável, particularmente em prol das populações mais vulneráveis e marginalizadas.

Sistematizam-se as ações concretas da diáspora em prol do desenvolvimento, entre outros, por região, setor de intervenção e tipo de atividade e caracteriza-se o *modus operandi* das organizações, nomeadamente em termos de identificação das necessidades, mobilização de recursos (financeiros e materiais), estabelecimento de parcerias, dificuldades ao longo da execução, cumprimento e acompanhamento dos resultados.

No mapeamento das organizações da diáspora e das suas iniciativas de apoio ao desenvolvimento, incluem-se todas as iniciativas voltadas para a identificação, gestão e solução de problemas emergentes no espaço público ou da comunidade. Tal pode incluir ações dirigidas às administrações públicas (tais como o debate e a participação na formulação das políticas públicas), como também ações dirigidas à facilitação do acesso aos serviços essenciais, tais como água, saúde e educação.

Este estudo responde a um conjunto de perguntas, a saber:

- **Quem são as Organizações da Diáspora?** - contém informação relativa ao número e tipos de organização, bem como ao seu carácter formal ou informal e às suas motivações de base;
- **Onde estão as Organizações da Diáspora?** - apresenta-se o país de onde partem as iniciativas de apoio à Guiné-Bissau;
- **Quais são as Regiões Recetoras do Contributo das Organizações da Diáspora?** - identifica o número de iniciativas de apoio em cada uma das oito regiões e Setor Autónomo de Bissau;

- **Quais são as Áreas e Tipo de Intervenção das Iniciativas?** - enumera os setores para os quais as organizações estão a contribuir, bem como a modalidade de apoio com que intervêm (doação de materiais, construção e capacitação) e através de que meios (envio de material, de capital financeiro e de profissionais);
- **Quais são as Parcerias?** - procura-se perceber as ligações a parceiros nos países de residência, as sinergias existentes entre as associações da diáspora e as conexões com parceiros locais na Guiné-Bissau. Nesta secção responde-se à questão sobre como se organizam as associações para a definição dos planos estratégicos de apoio ao desenvolvimento local;
- **Qual o seu Financiamento?** - descrevem-se as fontes de financiamento principais e secundárias a que as organizações da diáspora recorrem, bem como o desenvolvimento de atividades específicas para a angariação de fundos;
- **Quais são os Resultados?** - explora-se a medição do contributo das ações da diáspora para o desenvolvimento local e nacional, nomeadamente verificando se as iniciativas da diáspora estão alinhadas com o quadro de desenvolvimento nacional e objetivos de desenvolvimento sustentável;
- **Quais são as Dificuldades?** - identificam-se as principais vulnerabilidades do papel da diáspora no desenvolvimento local guineense, tanto no que diz respeito à operacionalização dos projetos e iniciativas, como ao impacto e sustentabilidade das práticas da diáspora no território;
- **Quais são os Reforços solicitados?** - esboça-se uma reflexão sobre os elementos críticos de capacitação futura.

Por último, com base no diagnóstico sobre as tendências, padrões, lacunas e desafios da atuação das organizações da diáspora na Guiné-Bissau, é proposto um conjunto de recomendações para ampliar os efeitos positivos das organizações da diáspora no desenvolvimento do país. Neste ponto, dar-se-á especial atenção aos elementos que facilitam uma melhor cooperação entre o Estado, as organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau e as organizações da diáspora.

METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos elencados nos Termos de Referência do Estudo, e tendo em conta a finalidade deste documento de fornecer informação para apoiar o Estado da Guiné-Bissau e parceiros a capitalizar o potencial das organizações da diáspora para o desenvolvimento do país, propõe-se uma metodologia que opta por conferir menor preponderância aos elementos teóricos e maior destaque à contextualização e problematização dos resultados obtidos no terreno.

Não obstante, começou por fazer-se uma revisão da literatura para a sistematização do estado da arte relativo à temática das organizações bissau-guineenses na diáspora, com a análise bibliográfica das principais produções académicas¹. Adicionalmente, foram consultados projetos e publicações que têm o mesmo objetivo do presente Estudo para esquematizar as ferramentas de recolha de dados².

Para a identificação das organizações da diáspora com atuação na Guiné-Bissau foram contactados vários informantes-chave. Definem-se por informantes-chave as entidades ou pessoas que possam fornecer informação sobre: i. organizações da diáspora que tenham uma iniciativa de contributo para o desenvolvimento local ou nacional da Guiné-Bissau (de 2016 a 2021); ii. organizações na Guiné-Bissau que tenham sido parceiras em iniciativas das organizações da diáspora de contributo para o desenvolvimento local ou nacional da Guiné-Bissau (de 2016 a 2021); e iii. o *modus operandi* e os efeitos dos contributos das iniciativas das organizações da diáspora de contributo para o desenvolvimento local ou nacional da Guiné-Bissau.

Para este efeito, estabeleceu-se um ponto focal por região e no Setor Autónomo de Bissau que levou a cabo entrevistas a nível local (25 no total) com os dirigentes da Direção Regional da Educação, Direção Regional da Saúde, Direção Regional do Plano e Estatística e, nos casos em que existia, da Plataforma das Organizações Não Governamentais. As equipas técnicas regionais da Ação *Ianda Guiné! Djuntu* foram igualmente consultadas para disponibilização de contactos de organizações. Estes primeiros contactos deram origem a uma lista muito significativa de iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau protagonizadas por organizações da diáspora.

¹ Nomeadamente das publicações Avaliação do potencial de desenvolvimento da diáspora da Guiné-Bissau em Portugal e França (Sangreman et al., 2012), "Diáspora Guineense como Agente de Desenvolvimento Local: O papel das Associações Guineenses em Portugal nos Projetos de Cooperação e Desenvolvimento na Guiné-Bissau" (Costa, 2016), Cartografia da Diáspora: Perfil Sociodemográfico das diásporas da Gâmbia, Guiné e Guiné-Bissau em Itália (OIM, 2019), "Estruturas da Diáspora Guineense em Portugal. Perfil Sociodemográfico da Diáspora da Guiné-Bissau em Portugal" (OIM, 2020) e os artigos "Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta" (Quintino, 2010) e "As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense" (Có, 2004).

² Como por exemplo o EU DIF - Diaspora engagement map – EUDiF (disponível em: <https://diasporafordevelopment.eu/diaspora-engagement-map/>).

De forma paralela, realizaram-se 11 entrevistas semiestruturadas a oficiais seniores dos ministérios-chave para a gestão da emigração, contributo da diáspora e planificação do desenvolvimento nacional, bem como a dirigentes e técnicos de outros organismos relevantes:

- Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (Secretaria de Estado das Comunidades e Direção Geral das Comunidades);
- Ministério da Economia, Plano e Integração Regional (Direção do Plano);
- Ministério das Finanças (a nível central e com a Direção Geral das Alfândegas);
- Instituto da Coordenação da Ajuda Não-Governamental;
- Organização Internacional para as Migrações;
- Delegação da União Europeia;
- Unidade de Coordenação do Programa *Landa Guiné*;
- Um dos deputados da Assembleia Nacional eleito pelo círculo da emigração;
- Movimento Nacional para a Paz e Democracia.

Estas entrevistas tiveram por objetivo auscultar os seus interesses, necessidades e recomendações na ação das organizações em prol do desenvolvimento da Guiné-Bissau bem como averiguar o alinhamento das iniciativas da diáspora com o programa governamental de desenvolvimento.

De todas estas estratégias de identificação de organizações surgiram contactos de membros ou organizações nas comunidades alvo das iniciativas de apoio da diáspora, com quem a equipa central de investigação realizou entrevistas semiestruturadas nas regiões (36 no total). Não houve deslocação da equipa a Quinara, Tombali e Bolama/Bijagós pelo número reduzido de iniciativas identificadas. A todos estes elementos foram colocadas as seguintes perguntas:

- i. O que foi feito pelas organizações da diáspora;
- ii. Qual foi a participação da comunidade;
- iii. Quem identificou as necessidades e se correspondem às prioridades locais;
- iv. Quais os resultados obtidos;
- v. Quais as dificuldades encontradas no processo.

De cada entrevista realizada localmente foi obtido o contacto de um membro responsável na diáspora. Em algumas situações foi possível visitar a tabanca/iniciativa de apoio ao desenvolvimento, como são os casos de Bigene e Bula.

Paralelamente, e com vista a identificar mais organizações da diáspora com atuação na Guiné-Bissau, foram, também, contactadas as missões diplomáticas da Guiné-Bissau nos principais países de residência das comunidades. Resultaram da ligação direta com as Embaixadas no Brasil, Cabo Verde e Bélgica contactos concretos de organizações da diáspora.

Consultaram-se, igualmente, as bases de dados que identificam e disponibilizam os contactos das associações da diáspora guineense, nomeadamente a lista disponibilizada no Nô Rede - Diáspora (diasporagb.org), do *Landa Guiné! Djuntu*³, no Alto Comissariado para as Migrações em Portugal ([O que são as Associações de Imigrantes e o que fazem? - ArtigoDetalhe - ACM](#)) e em projetos anteriores de investigação⁴.

³ O *Landa Guiné! Djuntu* efectuou um trabalho de mapeamento de organizações da diáspora, anterior à concretização do presente estudo, que resultou na lista disponibilizada no Nô Rede, no site da diáspora criado para apoiar na criação da Rede da diáspora.

⁴ A destacar a partilha de contactos das organizações da diáspora em Portugal identificadas no projeto de investigação de Sangreman et al. (2012).

A partir desta recolha de dados foi possível identificar 189 organizações da diáspora guineense. Destas, conseguimos entrar em contacto com 78 (41%). Não foi possível entrar em contacto direto com as restantes organizações identificadas, uma vez que os seus contactos estavam desatualizados ou não operacionais (números desligados, chamadas não atendidas, correspondência por email não respondida), ou não se conseguiu sequer identificar um contacto (email ou telefone). Esta situação parece revelar a dinâmica mutante e cessante do tecido associativo da diáspora guineense, sendo que várias das organizações já não estavam ativas e, por outro lado, algumas das mapeadas para este estudo são recentes. Do total das contactáveis, 48 desenvolveram iniciativas na Guiné-Bissau, o que corresponde a 62%. Utilizando Portugal enquanto país em que mais organizações estavam pré-identificadas, refira-se que das 105 organizações mapeadas, com 77 não foi possível estabelecer contacto. Das 28 com quem se estabeleceu um contacto, 23 (ou seja, 82% do total) tinha iniciativas de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau no período em análise (2016-2021).

Com os contactos que surgiram de todas estas estratégias de identificação de organizações da diáspora e com os subsequentes oriundos da própria diáspora (numa lógica de amostragem por bola de neve), realizaram-se 48 entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora guineense para aferir o que fazem, como fazem e com que resultados. Essa entrevista teve por base a aplicação de um modo aberto e fluído de um conjunto de questões que deu origem a uma base de dados. Foi feita uma bateria de perguntas como:

- i. Quais as atividades desenvolvidas por esta associação que visam especificamente contribuir para a melhoria das condições de vida na(s) comunidade(s) de origem ou na Guiné-Bissau de uma forma geral;
- ii. Quais são os principais obstáculos e dificuldades com que a associação se tem deparado no contexto dessas atividades de apoio à melhoria das condições de vida e desenvolvimento da Guiné-Bissau;
- iii. Que reforços técnicos poderiam ser úteis para o trabalho da organização.

Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas por se considerar elevado o risco de não resposta a um inquérito por questionário online a ser respondido voluntariamente pelas organizações.

As entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora deram origem a uma base de dados que permitiu a análise estatística dos resultados, sem, contudo, se perderem os detalhes das intervenções e o discurso direto (por exemplo, o vocabulário utilizado) dos membros das organizações da diáspora, por vezes complementada com a informação partilhada pelo ponto focal da comunidade/organização na Guiné-Bissau.

A análise de dados a nível estatístico foi feita com recurso ao programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), apresentando-se de forma global os principais resultados globais da intervenção da diáspora bissau-guineense. O volume dos dados não permite fazer análises estatísticas mais detalhadas com fiabilidade, por exemplo, por tipo de organização ou por região recetora.

Do leque de organizações da diáspora, foram selecionadas algumas como exemplos de boas práticas, à luz do que a análise de resultados permitiu identificar como alguns dos principais aspectos problemáticos da implementação das iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau. Estas iniciativas com boas práticas são destacadas em caixas de texto.

Por fim, e em termos de operacionalização do estudo, refira-se os seguintes desafios:

- A dificuldade de identificação de informantes-chave nas regiões (o facto dos funcionários das Diretorias regionais de Educação, Saúde e do Plano terem elevada rotatividade limita o conhecimento que têm das iniciativas das organizações da diáspora e a necessidade de fazer contactos diretos junto das comunidades);
- O tempo moroso para a marcação das entrevistas às organizações da diáspora (cada uma foi contactada, em média, três vezes) e a realização das mesmas, sobretudo, em tempo pós-laboral (final da tarde e durante os fins-de-semana), devido ao exercício de outras atividades profissionais na quase totalidade das situações dos dirigentes ou equipa;
- A ausência, em alguns casos, de informação precisa do lado das organizações da diáspora (resultados concretos, orçamento envolvido, entre outros). Registaram-se casos em que a informação partilhada pelos parceiros/organizações na Guiné-Bissau não era exata (por exemplo, o ano de realização da iniciativa);
- O trabalho adicional de identificar outras organizações com iniciativas (não mapeadas durante o trabalho de terreno na Guiné-Bissau) revelou-se bastante difícil pelo facto de os contactos não estarem atualizados ou não haver sequer contactos das associações identificadas durante o processo de revisão da literatura.

Não obstante, faz-se um balanço bastante positivo do processo de auscultação das organizações da diáspora, que revelaram uma elevada abertura para a entrevista e uma necessidade de diálogo e de partilha, nomeadamente dos problemas e desafios por elas enfrentados quando realizam as iniciativas na Guiné-Bissau.

ESTUDOS ANTERIORES SOBRE O ASSOCIATIVISMO DA DIÁSPORA BISSAU-GUINEENSE

Eis um pequeno sumário da informação que é possível encontrar na literatura pesquisada:

- *Diáspora Guineense como Agente de Desenvolvimento Local: O papel das Associações Guineenses em Portugal nos Projetos de Cooperação e Desenvolvimento na Guiné-Bissau* (Costa, 2016) – apresenta brevemente a história da migração guineense e a origem e dinâmicas do associativismo de imigrantes guineenses em Portugal. Recorre a dez estudos de caso de associações de migrantes em Portugal para analisar as contribuições no que toca ao apoio ao desenvolvimento do país de origem e das suas participações nos projetos de cooperação para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Todas as organizações reconheceram a importância dos projetos de desenvolvimento realizados e dos seus impactos no apoio às comunidades, tanto na Guiné-Bissau como no país de acolhimento. Entre as associações existem redes de parcerias e de cooperação que foram desenvolvidas pelas diferentes entidades no apoio aos planos de ações associativas. Verificou-se que existiam vários projetos já executados pelas associações em parcerias com as instituições públicas e privadas e de outras organizações no apoio ao desenvolvimento das comunidades de origem. Nestes projetos foram privilegiados os seguintes setores: educação (construção de pavilhões escolares e o equipamento dos mesmos, apoio nos materiais didáticos) e saúde (construção e iluminação de postos de saúde, bem como equipamentos hospitalares). Muitos dos projetos foram concretizados através do financiamento do fundo das associações, ou seja, através das quotas dos associados;
- *Cartografia da Diáspora: Perfil Sociodemográfico das diásporas da Gâmbia, Guiné e Guiné-Bissau em Itália* (OIM, 2019) – apresenta a dimensão e principais traços da imigração guineense em território italiano e dedica uma secção às duas organizações de migrantes identificadas. Apenas uma delas tinha atividades de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau, nomeadamente de entrega de medicamentos e contribuição financeira para a construção de infraestruturas de saúde. Neste estudo as associações referiram a falta de competências relacionadas com a gestão de projetos e de estratégias de angariação de fundos e manifestaram interesse em atividades de consolidação nestas áreas;
- *Estruturas da Diáspora Guineense em Portugal. Perfil Sociodemográfico da Diáspora da Guiné-Bissau em Portugal* (OIM, 2020) - apresenta um conjunto de dados sobre a migração guineense em Portugal e faz um retrato das associações guineenses. Sublinha que o número de associações formalmente constituídas não pode ser considerado um indicador da real atividade dessas estruturas, ou seja, da sua dinâmica de promoção de iniciativas e projetos concretos. Por outro lado, sendo possível mapear as associações formalmente constituídas, não é possível compreender as que estão inativas ou que foram extintas. Refere que as organizações da diáspora guineense em território português apresentam características e modelos de intervenção distintos: organizações estruturadas em torno da pertença étnica / geográfica dos migrantes, em torno da pertença religiosa e em torno da nacionalidade. Aquelas estruturadas a partir da terra natal, são as que têm maior experiência na realização de atividades de pendor humanitário ou de desenvolvimento na região de origem. Em alguns casos, as atividades são realizadas em parceria com organizações não governamentais portuguesas, municípios, ou outras entidades que atuam na cooperação internacional.

Das 12 associações entrevistadas nesse trabalho, 8 desenvolvem ou já desenvolveram atividades na Guiné-Bissau. As que ainda não o tinham feito, 3 estavam interessadas em fazê-lo e 1 é uma estrutura de representação das associações em Portugal e na Guiné-Bissau. As associações de “terra natal” são aquelas com maior experiência na promoção de iniciativas sociais nas suas comunidades de origem, estando envolvidas na reabilitação e equipamento de infraestruturas sociais, como escolas e postos de saúde, e no pagamento de salários a professores ou técnicos de saúde. As associações enviam igualmente materiais escolares, roupas, medicamentos e produtos farmacêuticos. As iniciativas de formação profissional, sensibilização e educação e atividades geradoras de rendimento são menos comuns, tendo sido referidas por 2 associações. Em Portugal, as associações sofreram o impacto da crise económica e da re-emigração dos seus membros para outros países. Sendo o seu principal recurso os associados, o seu engajamento, competências e experiências, e a rede de contactos de que dispõem em Portugal e na Guiné-Bissau, a saída para outros países esteve associada à perda de recursos financeiros mobilizados através da quotização e da dinâmica de atividades. A saída de lideranças e dirigentes associativos tinha por vezes contribuído para a quase paralisação de algumas associações. Um outro conjunto de constrangimentos está associado aos critérios que as associações devem cumprir para aceder aos concursos de instituições portuguesas que financiam atividades ligadas às migrações e à cooperação para o desenvolvimento. Em alguns casos, as associações não dispõem da experiência de promoção de atividades necessária ou não realizam os outros procedimentos (eleições regulares, assembleias gerais, aprovação dos planos e relatórios anuais) considerados fundamentais para aceder ao estatuto de associação de imigrantes ou de ONGD. Todavia, algumas associações de migrantes participaram de projetos com financiamento de agentes da cooperação para o desenvolvimento através de parcerias com ONGDs, tendo sido identificadas pelo menos duas com esse tipo de experiência. Assim, não tendo acesso aos recursos da cooperação portuguesa, as atividades na Guiné-Bissau são viabilizadas principalmente pela quotização dos associados, em alguns casos organizados em redes / federações transnacionais, doações de equipamentos e materiais por entidades públicas e privadas, guineenses e portuguesas, e empresas privadas. Algumas associações guineenses, congénères das associações de migrantes guineenses em Portugal, tinham ou tiveram acesso a recursos de doadores internacionais ou perspetivavam tê-lo. O Estado guineense não foi referido como financiador nas entrevistas, salvo por uma organização que teve um apoio pontual para atividades na área da saúde. Assim, as associações de migrantes guineenses apresentam constrangimentos no acesso a recursos quer para as suas atividades em Portugal, quer na Guiné-Bissau. Estes constrangimentos não podem ser desassociados das dinâmicas de profissionalização e especialização, associadas à crescente burocratização do acesso a financiamentos. Neste contexto, é mais difícil às associações constituídas principalmente por voluntários com outras atividades profissionais, dispor de pessoas com disponibilidade, informação e conhecimento especializado nos procedimentos técnicos e administrativos dos financiadores e no acompanhamento das atividades. Refere-se, também, existir desconhecimento por parte das organizações sobre os mecanismos da cooperação portuguesa e do estatuto de ONGD. São referidas dificuldades em ter sucesso nas candidaturas realizadas e a escassez de fundos disponíveis para trabalhar em Portugal e na Guiné-Bissau. Apenas 4 das 12 associações entrevistadas dispunham de sede própria para realização de atividades. A crescente complexidade na apresentação de candidaturas a concursos e da sua gestão torna o acesso a recursos mais difícil para aquelas estruturas que funcionam sem equipas técnicas remuneradas a tempo inteiro, como é o caso de 11 das 12 associações entrevistadas. Aquelas associações que desenvolvem iniciativas de ajuda humanitária ou desenvolvimento local na Guiné-Bissau referem ainda outro tipo

de dificuldades. O valor pago pelo transporte de materiais e pela retirada dos mesmos na alfândega na Guiné-Bissau constrange as possibilidades de envio de bens e equipamentos para algumas associações com esse tipo de práticas. Por outro lado, os interlocutores na Guiné-Bissau nem sempre respondem a tempo às demandas das suas congéneres em Portugal o que torna mais complexo o desenvolvimento de projetos e a apresentação de candidaturas a financiamentos. As associações por vezes realizam investimentos na melhoria das infraestruturas de saúde e educação que depois não têm continuidade pela ausência de recursos humanos especializados e pela não integração/ envolvimento das autoridades estatais. O isolamento das iniciativas das associações da diáspora gerou algum desperdício de recursos segundo um dos dirigentes que tem investido na criação de uma rede transnacional de associações para contribuir, de modo mais integrado, para uma região do país. Para algumas associações de imigrantes guineenses em Portugal que têm investido principalmente em projetos junto das comunidades migrantes, a ausência de parceiros na Guiné-Bissau apresenta-se como um constrangimento a iniciativas no país, apesar do interesse em fazê-lo. Num contexto de escassez de recursos humanos e financeiros para manter o trabalho das associações, a priorização e especialização do trabalho de apoio aos migrantes em Portugal não permite a libertação de recursos para o investimento na procura de parcerias e de projetos na Guiné-Bissau. Nesse contexto a coordenação entre associações da diáspora em Portugal, a troca de informação e uma maior representação junto das autoridades nacionais e internacionais apresenta-se fundamental para viabilizar uma maior participação da diáspora em Portugal e na Guiné-Bissau. A Federação das Associações Guineenses foi constituída em 2014, cerca de 14 anos depois das primeiras tentativas de federar as associações da diáspora, um processo que se apresentou difícil tal como referido por outros estudos (Quintino, 2010). A Federação reunia, à data do estudo, 16 associados e a sua atividade era principalmente a participação em reuniões e eventos, e a mediação de contatos com entidades diversas;

- *Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta* (Quintino, 2010) – este artigo analisa as associações de guineenses e foca a Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde é mais elevada a concentração de guineenses e das suas associações em Portugal. A abordagem adotada segue perspetivas teóricas do transnacionalismo para capturar as práticas associativas e seus significados, negociados nas complexas articulações entre estado e sociedade civil e nas imbricadas conexões entre as escalas local, nacional e transnacional. Começa-se por caracterizar e tipificar as associações, seguindo-se a análise das suas agendas com a identificação dos problemas, estratégias centrais e a descrição das atividades. Refere-se que na AML, as associações de guineenses apresentam uma estrutura interna de complexidade e formalidade variada que enviesam qualquer contagem. Distinguem-se três níveis de estruturação que, embora coexistentes, expressam três fases de evolução institucional iniciada nos finais da década de 80: redes sociais, associações e federações. As mais frequentes nos bairros onde se concentram guineenses mais desfavorecidos possuem uma estrutura simples, horizontal e baseada em redes informais de parentes, amigos e vizinhos que constituem e partilham um fundo comum de quotização mensal ou de coleta direta. Estas redes informais tiveram um papel importante na ajuda à migração para Portugal e na prestação de serviços aos recém-chegados. Tinham à data do artigo como principal função as sociabilidades de grupo e a entreajuda nos cuidados dos filhos e nos momentos de emergência, como o desemprego, a doença ou a morte. Os processos de criação, legalização e sediação própria destas estruturas mais complexas e hierarquizadas, por regra e como acontece a muitos outros migrantes, iniciaram-se a partir de meados da década de 90, aproveitando as oportunidades legais e institucionais entretanto criadas em Portugal, na escala autárquica e na escala nacional. São estruturas que tendem a ser de pequena dimensão em termos dos orça-

mentos que gerem e da equipa que, habitualmente, exerce outra atividade profissional, e a ter um padrão de domiciliação suburbano, instalando-se com frequência nos bairros. As mais antigas evoluíram de redes informais criadas nos bairros clandestinos, entre os finais da década de 80 e princípios dos anos 90 e foram idealizadas para prover necessidades dos seus membros e apoiar os recém-chegados. As associações do coletivo nacional são as que tendem a possuir estruturas de maior dimensão, mas mantêm a domiciliação suburbana. São as que mais frequentemente têm a função de arenas políticas nas contestações e negociações de direitos de cidadania em Portugal e na Guiné-Bissau. Finalmente, o terceiro nível de estruturação é o federativo, um processo recente que revela um tecido associativo longe de atingir a maturidade observada em outros grupos de migrantes na Europa. A diversidade de atividades descritas como objetivos nas agendas estão sujeitas a orçamentos cujas receitas expressam dificuldades de autofinanciamento. De um modo geral, as receitas constituem-se com base nas quotas pagas pelos membros que tendem a ser de pequenos montantes; nos fundos reunidos através de sistemas de coleta direta e provenientes da organização ou participação em eventos, muito usuais nas associações de menor dimensão; mais raramente nas rendas provenientes de património próprio, privilégio de um reduzido número de associações de maior dimensão; nos subsídios públicos e outros fundos que, no seu conjunto, representam uma quota elevada nas receitas. As autarquias onde estão sediadas e o ACIDI (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural) são as instituições das quais mais frequentemente recebem subsídios regulares ou para atividades pontuais, embora os montantes variem significativamente, situação que não parece alheia à capacidade de negociação dos seus dirigentes, necessariamente influenciada pela sua qualificação. De um modo geral, todas as associações desenvolvem atividades na Guiné-Bissau. Refere-se que os mecanismos de reciprocidade e solidariedade que sustentam estes nós de relações alargadas de parentesco são cruciais na formação de fluxos circulares associados à conceção, prática e impacto das atividades de desenvolvimento das estruturas associativas domiciliadas na AML. A saúde e a educação têm sido as áreas prioritárias dos projetos de desenvolvimento local que também têm favorecido a circulação de fluxos de conhecimentos e competências, acrescendo-se a construção e reparação de infraestruturas e o envio de recursos básicos. As associações do coletivo nacional têm estado mais vocacionadas para programas e campanhas de ajuda humanitária em parceria com instituições públicas, privadas e ONG e têm tido um papel de relevo, quer na distribuição mais generalizada de recursos, quer no apoio a instituições de solidariedade social;

- *As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense* (Có, 2004) – reúne um conjunto de informações obtidas através de entrevistas realizadas a diferentes dirigentes das associações inscritas na “Confederação das Associações de Imigrantes Guineenses em Portugal” (incluindo a alguns técnicos do CIDAC), durante o ano de 2003, com o objetivo de conhecer a formação das associações, natureza/objetivos, elementos participativos e formas de contributo para o desenvolvimento do país ou local de origem. Sublinha-se o facto de o transnacionalismo da diáspora guineense ser sobretudo expresso num registo comunitário regional/local/étnico. Em 2002, das 35 Associações reconhecidas pela “Confederação de Associações Guineenses em Portugal”, 22, ou seja, 63%, apresentam uma identidade comum (quer dizer, grupos formados por pessoas com a mesma identidade cultural, local e étnica). Refere-se que a ligação das Associações das Comunidades Migrantes à sua origem, através de projetos, era bem visível na Guiné-Bissau ao nível local, refletindo os problemas das populações. São exemplos de ações e projetos as ajudas em medicamentos, materiais escolares e materiais desportivos, a construção de estabelecimentos de ensino e de diques para a agricultura, o desenvolvimento do comércio e incentivo religioso.

Por vezes, estas iniciativas são executadas ou apoiadas por Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), bem como por agências das Nações Unidas (como o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o PAM – Programa Alimentar Mundial, etc.), com contributos (pontuais) de ONG locais. Realça-se a capacidade de voluntariado das Associações das Comunidades Migrantes, apesar das dificuldades financeiras que enfrentam. Refere-se, igualmente, que muitas associações pretendiam criar parcerias com o governo do país de origem, assim como com outras instituições, para responder melhor às necessidades locais dos seus membros e familiares, mas que se registam muitos problemas nesse sentido. Trata-se de um tecido associativo relativamente recente, ainda em processo de legalização e de sediação, dependente de subsídios públicos e outros fundos e com um nível de diversificação considerável e incompleto no que refere à especialização. A diversidade não expressa uma especialização institucional, antes evidencia a heterogeneidade que caracteriza os guineenses, visível nas subjetividades que representam, nas escalas geográficas em que atuam e nas lideranças e maior atividade política das estruturas dirigidas por guineenses qualificados, embora a quase totalidade sirva os guineenses mais desfavorecidos e se localize nas freguesias suburbanas da AML;

- *Avaliação do potencial de desenvolvimento da diáspora da Guiné-Bissau em Portugal e França* (Sangreman et al., 2012) - fornece informação contextualizada ao Estado da Guiné-Bissau sobre a diáspora guineense em Portugal e França e o seu potencial para contribuir para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Apresentam-se dados sobre as comunidades de origem guineense residentes nestes países, o respetivo tecido e atividades associativas e as dinâmicas e práticas transnacionais que ligam a diáspora entre si e com a Guiné-Bissau, bem como as suas percepções e pontos de vista relativamente ao processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau e ao papel atual e potencial da diáspora nesse processo. Dos dados recolhidos no estudo concluem que pelo menos 17 associações, em 27 entrevistadas em Portugal, já desenvolveram atividades no país de origem nas áreas da educação e saúde, incluindo a reabilitação de escolas, o equipamento de postos de saúde e o pagamento de salários de pessoal médico e de professores, a aquisição de transportes, entre outros. A implementação das iniciativas é geralmente realizada pelas associações locais, congêneres das associações de migrantes. Na Guiné-Bissau, recolheu-se informação sobre os impactos da migração nos níveis de desenvolvimento de 45 localidades das 7 regiões continentais do país. Não é apurada informação local sobre o contributo das organizações da diáspora. Os resultados obtidos revelam que a dimensão do fenómeno migratório, bem como o grau de envolvimento e as estratégias de intervenção dos migrantes em prol do desenvolvimento do seu país variam significativamente de região para região. Não obstante, apesar dessa heterogeneidade, conclui-se que a migração guineense afeta substantivamente o bem-estar das populações beneficiadas e que contribui para o desenvolvimento global do país, sendo mesmo fundamental em aspectos-chave como a saúde, educação e segurança alimentar. Os resultados dos trabalhos de campo na Guiné-Bissau mostram a opinião global e unânime de que um dos principais obstáculos ao aumento dos benefícios da migração é a falta de apoio do Estado guineense à sua diáspora. Esta opinião está conforme com os resultados dos trabalhos realizados junto das comunidades guineenses em Portugal e França. A informação obtida serviu de suporte à elaboração de um conjunto de recomendações, que visam operacionalizar estratégias de reforço da ligação do Estado guineense com a sua diáspora em Portugal e em França, e que permitem tirar o máximo partido dos laços económicos, sociais, culturais e humanos que existem entre a diáspora e o seu país de origem, em prol do desenvolvimento da Guiné-Bissau.

CARACTERIZAÇÃO DO CONTRIBUTO DAS ORGANIZAÇÕES DA DIÁSPORA NA GUINÉ-BISSAU

QUEM SÃO AS ORGANIZAÇÕES DA DIÁSPORA BISSAU GUINEENSE

Segundo investigações anteriores, a maior parte das associações da comunidade guineense na diáspora privilegia a intervenção no contexto de acolhimento, nomeadamente na área da saúde, apoio em caso de falecimento, convívio e outros apoios sociais (Sangreman et al., 2012)⁵. Como nota Có (2004), as organizações da diáspora surgem para responder às necessidades de integração dos seus membros imigrantes, tentando responder às novas exigências causadas pelo crescimento do fluxo migratório. Nas palavras do autor:



“Todas elas surgiram de uma indispensabilidade de integração dos seus membros, tentando responder às novas exigências causadas pelo crescimento do fluxo migratório. Com o decorrer do tempo, mantendo-se o aumento do movimento e associado aos problemas de integração, estas Associações foram ganhando carácter institucional (apesar de algumas continuarem a ser ainda hoje informais).”

Não obstante, essa concentração de atenção nas diversas necessidades dos compatriotas guineenses emigrados não significa um desligamento relativamente ao país de origem. Por outras palavras, e olhando para as associações guineenses da área metropolitana de Lisboa, estas “constituem-se como uma alternativa real, quer às estruturas de acolhimento do Estado português que se têm mostrado inadequadas na integração dos que partem, quer à inexistência de estruturas de desenvolvimento no Estado guineense incapaz de zelar pelo bem-estar dos que ficam.” (Quintino, 2010).

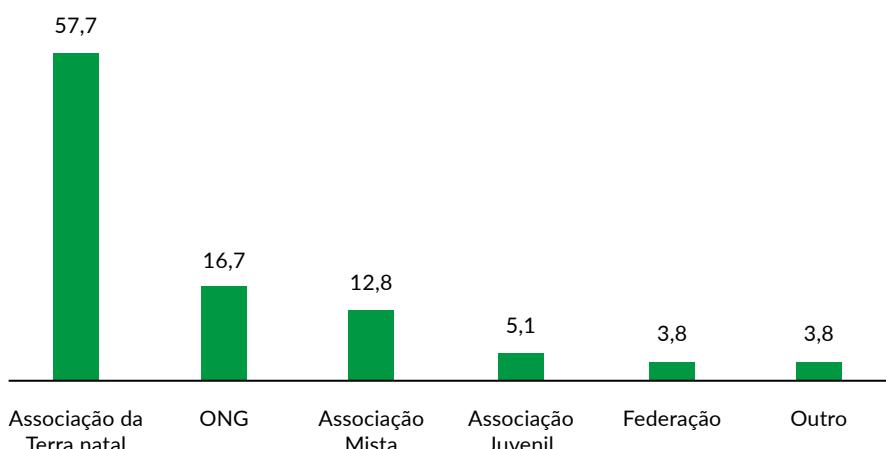
De resto, a primeira nota a reter do presente estudo é a de que ainda que haja organizações da diáspora que centrem exclusivamente a sua atividade no país de residência e no apoio direto aos migrantes aí residentes, mais de metade das organizações da diáspora contactáveis tem realizado, também, iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau entre 2016 e 2021⁶. São, pois, organizações que gerem agendas que, simultaneamente, preenchem necessidades de integração dos seus membros na sociedade de residência e de desenvolvimento no seu país de origem.

Assim, e analisando quem realiza atividades de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau, as organizações da diáspora ativas são, sobretudo, associações da terra natal, ou seja, associações formadas em torno da comunidade de origem dos migrantes. Cerca de 6 em 10 organizações da diáspora com iniciativas no território guineense são “de filhos e amigos” de uma tabanca, setor ou região em concreto.

⁵ Apoios que constituem, no caso de muitas delas, um autêntico sistema de providência paralelo que complementa os apoios sociais prestados pelo Estado.

⁶ Este resultado vem em linha com o estudo Sangreman et al. (2012) em que 17 das 27 associações inquiridas em Portugal desenvolvem também, ou já desenvolveram, iniciativas para benefício do seu país de origem.

Figura 1: Organizações da Diáspora identificadas com iniciativas de apoio à Guiné-Bissau (2016/2021), por tipo de organização (%)



Fonte: Entrevistas semiestruturadas⁷ às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

Às organizações da terra natal, ou seja, associações formadas em torno da comunidade de origem dos migrantes, seguem-se as organizações não governamentais que representam 17% do total das organizações da diáspora ativas na Guiné-Bissau. Estão formalmente constituídas e, grosso modo, apresentam um nível de profissionalização que lhes permite realizar mais atividades, de forma mais consolidada e continuada no tempo.

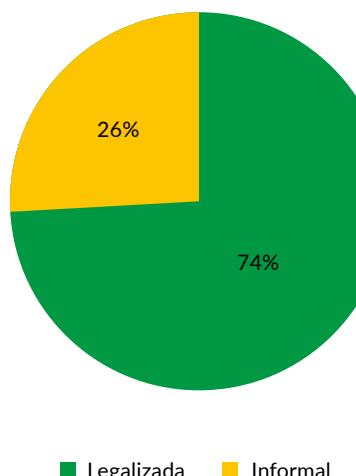
Por seu turno, as federações de associações têm, ainda, pouco protagonismo, no cômputo geral das organizações da diáspora ativas no trabalho de cooperação com o país de origem. Por um lado, tal pode explicar-se pelo número reduzido de federações de associações. Por outro, o trabalho das federações parece estar a servir outros propósitos, nomeadamente de interlocução junto dos governos dos países de residência e da Guiné-Bissau, e não tanto o da organização ou centralização das iniciativas de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau que são mais protagonizadas por organizações locais. A uma federação de âmbito nacional poderia ser difícil encetar a discussão e chegar a um consenso sobre onde e o que apoiar no país de origem quando estão presentes organizações de âmbito local com interesses divergentes. Também parece desafiante simular um cenário em que as organizações de âmbito local abdiquem dos seus projetos para transferir os seus fundos para um projeto de âmbito nacional. De facto, nenhuma das federações que surge a implementar iniciativas é de âmbito nacional, ou seja, são federações que agrupam um número limitado de associações de base local, referentes a um mesmo setor administrativo na Guiné-Bissau. São exemplos a Associação Baboque em Portugal (ABP), que conecta doze associações de aldeias de manjacos em Portugal, suas congêneres em França, em Espanha e nas aldeias na Guiné-Bissau e assume funções de coordenação dos projetos de desenvolvimento nas “terras” de origem e a Federação das Associações de Imigrantes e Amigos do Setor de Calequisse em Portugal que congrega as direções das associações das respetivas tabancas federadas, a saber Bajobe, Barambe, Bassarel, Bipar, Betenta, Bô, Bote, Calequisse, Catije, Catchalame, Mata de Ucô, Nhãgabeth, Peguragur e Timate.

⁷ Foi aplicado um conjunto de perguntas abertas (com um guião rígido em que algumas perguntas foram sempre feitas) nas entrevistas que deu origem à base de dados. Não obstante, o método utilizado é o das entrevistas.

A pouca relevância das estruturas federativas sugere que a escala e os resultados das iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau poderiam ser maiores havendo uma maior congregação dos esforços por parte das organizações da diáspora, pelo menos ao nível dos setores/regiões. Assim, ao invés de atuarem de forma conjunta e em plataformas que as congreguem, as organizações da diáspora têm seguido uma atuação individual. De facto, em várias situações, as organizações da diáspora com contributos na Guiné-Bissau não se conhecem nem trocam experiências entre si, desperdiçando-se, assim, o capital das lições aprendidas que poderia ser útil ao coletivo.

Note-se, também, que 3 em cada 4 organizações estão formalmente constituídas no país da diáspora de onde operam. Este aspeto não é de surpreender ao verificar-se que a longevidade média de funcionamento das organizações é de 10 anos. Se a este grupo excluirmos as organizações que se constituíram *ad hoc* para enfrentar específica e exclusivamente os efeitos nefastos da pandemia da Covid-19 (e que são bastantes, como apresentado adiante no relatório), pode concluir-se que a grande tendência é a das organizações estarem em funcionamento há mais de uma década.

Figura 2: Organizações da Diáspora identificadas com iniciativas de apoio à Guiné-Bissau (2016-2021) formal ou informalmente constituídas (%)



Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

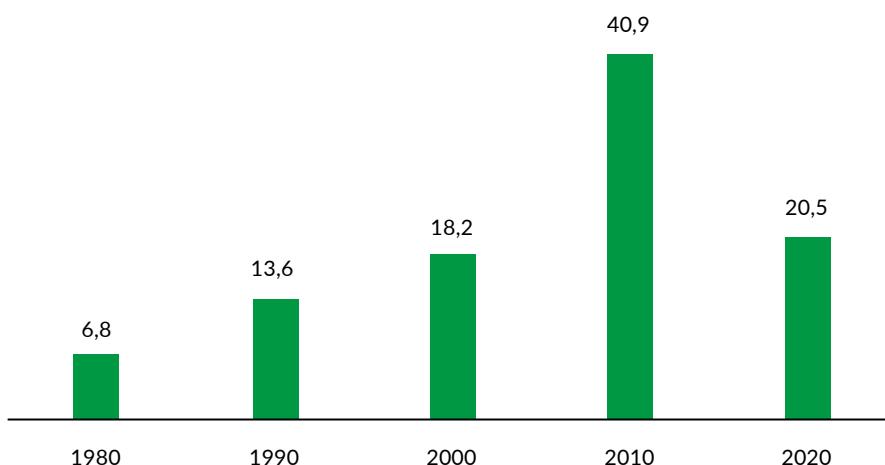
O facto de a grande maioria das organizações da diáspora estar legalizada no país de residência é um ponto bastante positivo do tecido associativo da Guiné-Bissau, uma vez que a prova da sua representação num país no estrangeiro não só possibilita a candidatura a financiamentos como o estabelecimento de parcerias, mas, também, segundo um dos entrevistados, “*abre portas ao trabalho em equipa com organizações na Guiné-Bissau*”.

De resto, segundo Sangreman et al. (2012), o processo de formalização de uma parte das organizações guineenses teve lugar sobretudo nas décadas mais recentes (a partir de 1990, tanto no caso francês como português) e correspondeu, nos casos em que assim sucedeu, à sua gradual transformação em ONG, com o objetivo de dar uma resposta mais estruturada a necessidades diversas, tanto dos próprios associados, como de terceiros (principalmente as localidades de origem, no caso das associações de terra natal). Para aquelas que seguiram essa via, o processo de formalização foi encarado não só como necessidade, mas como oportunidade. Por necessidade, na medida em que o crescimento do número de associados e o aumento da escala das atividades desenvolvidas exigiram mecanismos internos de funcionamento mais estruturados. Por oportunidade, no sentido em que a constituição formal das associações foi uma condição necessária para que estas tivessem acesso a apoios e recursos adicionais suscetíveis de facilitar a prossecução dos objetivos.

No contexto português, um fator determinante foi a criação do Alto Comissariado para as Migrações (ACM, à época ACIME) em 1996 – o qual, ao longo dos anos subsequentes, criou uma série de incentivos à formalização das associações de migrantes e à sua constituição como parceiras institucionais (incentivos esses que incluíram a disponibilização de fundos para diversos efeitos e atividades). Ainda que estes fundos não fossem dirigidos a iniciativas de apoio à Guiné-Bissau, permitiam o alívio das despesas gerais e, com isso, facilitar a poupança dirigida ao país de origem.

Debruçando o olhar sobre o ano de criação das organizações em análise, verificamos que a maioria (cerca de 41%) foi criada na década de 2010. Note-se, também, a forte emergência de organizações na década de 2020, sobretudo estruturas informais que lideram iniciativas ligadas à minimização dos efeitos nefastos da Covid-19. Não obstante esta presença de organizações recentemente criadas, por outro lado, importa referir que são muitas as organizações da diáspora que operam há mais de vinte anos (tomando 1999 como o último ano). De facto, se excluirmos as organizações criadas para enfrentar de forma pontual a Covid-19, verificamos que cerca de 50% das organizações têm um longo histórico de existência tendo sido constituídas até 2009.

Figura 3: Organizações da Diáspora identificadas com iniciativas de apoio à Guiné-Bissau (2016-2021) por ano/década da sua criação (%)



Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

Em termos de lideranças, a quase totalidade das organizações tem como presidente um homem e os seus corpos diretivos contam, também, com uma maior presença masculina do que feminina. Esta evidência havia sido já identificada no estudo da OIM (2020) em que dos 17 dirigentes das associações de migrantes entrevistados 16 eram homens e apenas 1 era mulher, por um lado, e as associações entrevistadas envolvem, nos seus órgãos sociais, 47 homens e 18 mulheres.

Relativamente à dimensão das organizações, as entrevistas realizadas evidenciam a preocupação dos dirigentes face à redução do número de sócios quer pelo efeito da emigração como pelo não crescimento do contingente de novos ou recém-chegados. Muito embora não tenha sido feita nenhuma pergunta concreta sobre este tópico, estudos anteriores permitem elucidar que se trata de organizações de pequena dimensão na maioria dos casos. As associações de terra natal, que são as mais preponderantes no presente mapeamento, têm uma dimensão média menor à das federações e organizações de âmbito generalista. Contudo, como aponta Sangreman et al. (2012) mesmo dentro deste subconjunto verificamos uma heterogeneidade considerável: no caso português, 40% das associações de terra natal conta com 50 a 99 membros, mas cerca de 25% possuem 300 membros ou mais. O levantamento feito por Costa (2016) sobre oito estudos de caso de associações da terra natal aponta para uma média de 300 sócios por associação⁸. Um outro resultado relevante do estudo de Sangreman et al. (2012) consiste no facto das associações de terra natal da comunidade guineense em Portugal apresentarem uma dimensão média francamente superior às suas congêneres francesas, no que toca ao número de associados: no contexto português, não são incomuns as associações que contam com 200, 300 ou 400 membros, enquanto a vasta maioria das associações da terra natal no contexto francês reporta menos de 100 associados.

Sendo o contributo mais ou menos ligado à sua terra natal, as organizações da diáspora estão a contribuir para a Guiné-Bissau fortemente motivadas por vínculos emocionais e por um sentido de solidariedade, de responsabilidade e de retribuição. Parece existir um “sentimento” e “sentido de obrigação” dos que partem para com os que ficam, como denotam os discursos de alguns dos entrevistados na diáspora “*sabemos qual a dificuldade que têm lá - ajudamos os que deixámos lá para trás*”, “*sabemos de onde saímos - ali falta tudo e mais alguma coisa*” e “*Eu sou fruto de ajuda. Estudei e emigrei porque me ajudaram*”.

As redes de parentesco continuam a constituir nós de relações sociais e afetivas densas e de dimensão alargada com um papel importante na ligação próxima entre os quotidanos dos parentes que partem para diferentes destinos e dos que ficam nas terras de origem. Os mecanismos de reciprocidade e solidariedade que sustentam estes elos de relações alargadas de parentesco são cruciais na formação de fluxos circulares associados à conceção, prática e impacto das atividades de desenvolvimento das estruturas associativas (Quintino, 2010).

⁸ Cálculos próprios com base no número de sócios das oito associações da terra natal estudadas.

Eis a lista das organizações identificadas e entrevistadas para o presente estudo (sem ordem programada) com iniciativas/ações na Guiné-Bissau entre 2016 e 2021:

1. Associação de Filhos e Amigos de Djabicunda - Portugal
2. Associação de Amizade Matosinhos Mansoa - Portugal
3. União das Associações de Baboque - Portugal
4. Associação dos Filhos e Amigos de Tchantum - Portugal
5. Federação das Associações de Imigrantes e Amigos do Setor de Calequisse em Portugal - Portugal
6. Associação de Filhos e Amigos de Bachil - Portugal
7. Casa da Guiné – Portugal
8. Associação Emigrante de Tame - Portugal
9. Associação de Filhos e Amigos de Prabis na Guiné-Bissau - Portugal
10. Associação de Jovens Unidos de Bula - Portugal
11. Associação Balole - Portugal
12. Associação de Filhos de Bara Mama - Portugal
13. Associação de Solidariedade de Filhos e Amigos da Região de Gabú - Portugal
14. Associação de Filhos e Amigos de Farim Comuns - Portugal
15. Associação de Filhos e Amigos de Bigimita - Portugal
16. Tadja Fome - Portugal
17. Associação de Filhos e Amigos da Região do Biombo N'dja lel' Fã – Portugal
18. (Núcleo jovem) Associação de Filhos e Amigos de Pelundo residente em Portugal - Portugal
19. Associação Onenorai dos Filhos e Amigos da Secção de Suzana - Portugal
20. Associação de Filhos e Amigos de Amedalai - Portugal
21. Saúde Sabe Tene - Portugal
22. Associação de Patchara - Portugal
23. Associação dos Naturais e Amigos da Região de Bafatá – Portugal
24. Organização da Campanha Vencer a Covid-19 em todas as frentes – Brasil
25. Tabanka di Sintcham - Brasil
26. Action Multiculturelle pour le Developpement de Quinara – Bélgica
27. Bantaba de Esperança - Bélgica
28. Associação de Filhos e Amigos da Guiné-Bissau em Newcastle – Reino Unido
29. Bafatá na Corçon – Reino Unido
30. Associação dos Filhos e Amigos de Canhamina – Reino Unido
31. Association Suisse d'Aide aux personnes diabétiques en Guinée-Bissau – Suiça
32. Associação da Solidariedade Guiné-Bissau Suiça-Genebra - Suiça
33. APPRENDA – França
34. Association Avenir Kadjindiassa - França
35. Comité de Soutien Place Petabe - França
36. Association Djukanin Mandjaku - França
37. Association de Baboque - França
38. Association culturelle et d'Entraide Binhante – França
39. Bafata Terra Sabi - Espanha
40. Asociación cultural coletivo de los emigrantes de las Islas Canarias – Espanha
41. Associação de Filhos de Batucar – Espanha
42. Associação Coração da Guiné-Bissau - Luxemburgo
43. Association Guineenne de Cabienque au Luxembourg - Luxemburgo
44. Associação de Filhos e Amigos da Secção de Dara – Alemanha
45. No Lanta Djuntu - Alemanha
46. Associação do Setor de Pitche - Alemanha
47. Sol Mansi Onlus - Itália
48. Associação dos Filhos e Amigos para o Desenvolvimento Integrado da Região de Bafatá - Bafatá XXI – Cabo Verde

ONDE ESTÃO AS ORGANIZAÇÕES DA DIÁSPORA BISSAU GUINEENSE

O levantamento exaustivo das organizações da diáspora com atividades realizadas na Guiné-Bissau de 2016 a 2021 permite constatar que o contributo solidário dos emigrantes vem de múltiplos países, refletindo a proliferação de destinos da emigração guineense.

Verifica-se, porém, que as organizações da diáspora estão sedeadas, sobretudo, no continente europeu. Os dados indicam que 93% das organizações da diáspora estão situadas na Europa, seguindo-se a América do Sul (4%) e África (2%).

Ainda que a emigração guineense ocorra sobretudo em África, muito particularmente dentro da região da CEDEAO (Sangreman et al., 2012; OIM 2020), parecem ser os emigrantes residentes na Europa aqueles que reúnem, por força da sua condição económica, possibilidades de parcerias, acessos a financiamento e, porventura, da longevidade, estabilidade e tipo do seu projeto migratório (laboral vs estudantil⁹), melhores condições de encetar iniciativas de apoio ao desenvolvimento do seu país de origem.

Portugal concentra fortemente o comando das operações, sendo que quase metade das organizações da diáspora opera a partir deste país. De seguida, França aparece como o segundo país onde há mais organizações de guineenses a desenvolver iniciativas de apoio ao país de origem. Estes dados refletem a larga concentração de migrantes guineenses em Portugal e em França, sendo estes os principais países de residência da diáspora guineense na Europa. Espanha, Alemanha e Inglaterra aparecem na terceira posição na lista dos países onde estão as organizações da diáspora ativas na Guiné-Bissau. Refira-se, também, a existência de organizações na Bélgica, Brasil, Luxemburgo, Suíça, e, por fim, Cabo Verde e Itália.

Não foi possível identificar nenhuma iniciativa nova de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau a partir do Senegal – as associações contactadas não tinham organizado nenhuma ação no espectro temporal em análise. Entrevistámos apenas o núcleo de Dakar da iniciativa de Bara Mama, registada no presente estudo em Portugal (por ter partido desse país a centralidade da ação). No caso da Gâmbia, não foi possível entrar em contacto com as organizações pré-identificadas. Na Guiné-Conacri e Holanda não conseguimos identificar nenhuma organização – ou seja, nem os agentes locais e estatais na Guiné-Bissau nem as missões diplomáticas da Guiné-Bissau no exterior tinham conhecimento da sua existência, nem a revisão da literatura ofereceu pistas de investigação a este respeito.

⁹ A título ilustrativo, os guineenses emigrados no Brasil são, sobretudo, estudantes universitários a quem é mais difícil conseguir uma poupança, por um lado, e de forma organizada, por outro pela forte dispersão no território.

Tabela 1: País de Localização das Organizações da Diáspora identificadas com iniciativas de apoio à Guiné-Bissau (2016-2021)

	N	%
Portugal	23	47.9
França	6	12.5
Espanha	3	6.3
Alemanha	3	6.3
Reino Unido	3	6.3
Bélgica	2	4.2
Suíça	2	4.2
Brasil	2	4.2
Luxemburgo	2	4.2
Cabo Verde	1	2.1
Itália	1	2.1

Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

Não obstante, cabe assinalar que este *ranking* de países de classificação das organizações da diáspora onde se encontra o comando das iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau não significa que o financiamento e o apoio à sua operacionalização ocorram somente com o contributo da diáspora aí residente. São, pois, múltiplos os exemplos de organizações em Portugal que conseguem realizar atividades na Guiné-Bissau contando com o apoio dos emigrantes em França e outros países invisíveis nesta listagem, como por exemplo o Senegal e a Gâmbia.

A investigação revela que as organizações da diáspora, sobretudo quando se tratam de associações da terra natal, cooperam no financiamento e operacionalização das iniciativas. Uma iniciativa, por exemplo, que tenha partido de uma organização em França pode estar a ser realizada com o apoio financeiro das suas congéneres em Espanha e/ou Portugal.

Nesta linha, o estudo de Sangreman et al. (2012) revelou que a maioria das associações da terra manjacas, em particular, possui associações congéneres em França em que a cooperação entre as 'filiais' de cada um dos países, no contexto do cofinanciamento e co-implementação de projetos na tabanca de origem, é uma prática muito comum.

Segundo o que foi possível apurar no presente estudo, essas conexões realizam-se de forma informal e com base nos conhecimentos pessoais e laços de confiança criados entre os seus membros. É comum que a angariação de financiamento seja centralizada para uma conta bancária de um dos membros que envia o montante final para a organização mãe da iniciativa noutro país. A própria mobilidade dos guineenses entre países da Europa conduz a esta diversificação dos elos e ligações entre núcleos da diáspora. Não se conhecem iniciativas de apoio à ligação entre estes núcleos de organizações da diáspora.

Por seu turno, parece ser pequeno o contacto e/ou conhecimento entre as organizações da diáspora que não sejam da mesma terra natal em diferentes países. No levantamento de iniciativas realizado para o presente estudo não foi identificada nenhuma iniciativa inter-países conduzida por uma ONG.

QUAIS SÃO AS REGIÕES RECETORAS NA GUINÉ-BISSAU

As organizações da diáspora estão a organizar iniciativas de apoio ao desenvolvimento em todo o território da Guiné-Bissau, como os dados deste mapeamento revelam. Tal significa que mesmo as regiões com índices de emigração fracos ou quase inexistentes (o caso de, por exemplo, localidades nas regiões de Quinara ou Tombali) estão a beneficiar com a solidariedade dos guineenses residentes no estrangeiro.

Não obstante, as regiões da Guiné-Bissau mais favorecidas pelas iniciativas das organizações da diáspora são as que contam com populações emigradas em maior número¹⁰. Por contraste, as regiões de onde saem poucos guineenses para o estrangeiro usufruem em menor grau dos contributos das organizações da diáspora. Assim, pode concluir-se que uma elevada taxa de emigração tende a significar um maior retorno dessa emigração para o desenvolvimento da tabanca de origem.

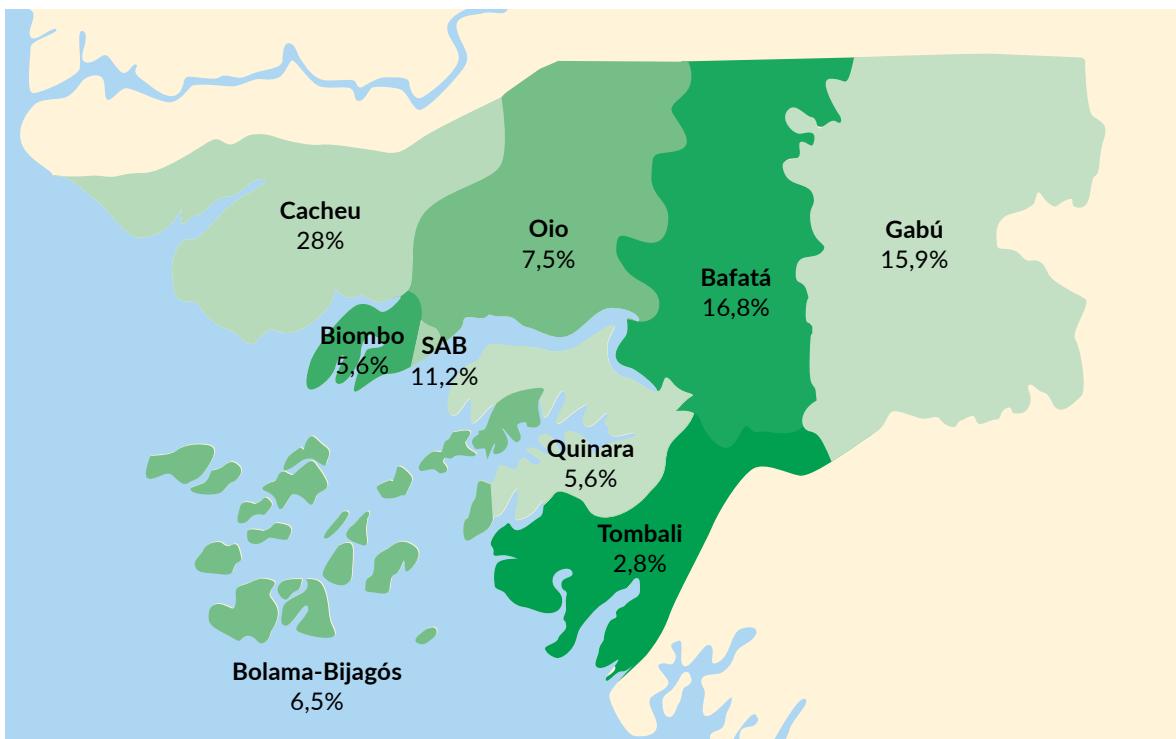
Ao tratar-se de iniciativas que parecem ser suportadas por laços de afetividade e conexões entre os que partem e os que ficam, também, as interações sociais que geram são mais intensas à escala local do que à escala nacional, circunscrevendo-se, em muitas situações, às localidades específicas de origem dos migrantes.

Por outro lado, o grau de antiguidade do processo migratório e os países de destino predominantes em cada região são, também, elementos explicativos importantes para a heterogeneidade verificada na intensidade do contributo para a Guiné-Bissau. Por exemplo, os emigrantes de longa data da região de Cacheu estão, sobretudo, em França, Portugal e Senegal (Sangreman et al., 2012), enquanto os emigrantes mais recentes da região de Gabú estão a encetar projetos migratórios por via terrestre em direção à Europa que, muitas vezes, acabam sem sucesso e com um retorno antecipado à Guiné-Bissau (OIM, 2020). A longevidade e a estabilidade dos projetos migratórios em diferentes países parecem condicionar a capacidade dos emigrantes se organizarem em estruturas coletivas e contribuírem desse modo para o seu país de origem.

Como nota o estudo de Sangreman et al. (2012) o grau de antiguidade do processo migratório e os países de destino predominantes, assim como a pertença étnica e o grau de organização dos próprios migrantes, são variáveis que impactam o contributo da emigração para a Guiné-Bissau.

¹⁰ Estudos já realizados (Carreiro, 2007; Carreiro e Sangreman, 2011 e Sangreman et al., 2012), sugerem: i. que a migração não é uma ambição uniforme, ou seja, não é considerada uma estratégia de vida privilegiada por todos os grupos étnicos; ii. que a migração verifica-se com maior intensidade quando ela está associada a um ritual de passagem, como no caso dos manjacos, ou a uma prática profissional que implica mobilidade, como o comércio, no caso dos fulas e dos mandingas; iii. que, nos contextos em que a migração não é coletivamente percecionada como uma estratégia de vida preferencial, então, ela verifica-se em menor escala, tendo em conta que o investimento financeiro associado ao processo migratório (para a Europa) é significativo e que o migrante rural, pouco escolarizado, dificilmente terá capacidade de o encetar sozinho; iv. o que confirma que o investimento na migração internacional é, tendencialmente, uma decisão e um investimento familiares (e até mesmo comunitários) e que há uma expectativa de retorno semelhante, o que, em grande parte, justifica os diferentes tipos de investimentos realizados pelos migrantes em prol das suas famílias e das suas comunidades de origem.

Figura 4: Distribuição das Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por região na Guiné-Bissau (%)



Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

De forma concreta, o contributo da diáspora concentra-se no Norte, em Cacheu e, também, no Leste, em Bafatá e Gabú. Segundo um dos entrevistados, os manjacos e os fulas são mais organizados na diáspora e preocupam-se sempre com os que ficaram para trás, sendo uma forma de reconhecer o esforço que um coletivo de pessoas fez para que alguns conseguissem emigrar.

Cacheu absorve 28% das iniciativas das organizações da diáspora. Foram 30 as iniciativas identificadas de apoio ao desenvolvimento, sobretudo no setor de Canchungo. Esta é a região da Guiné-Bissau que apresenta os contingentes mais significativos de migrantes, dando-se o caso de algumas tabancas o número de migrantes ser superior ao de não-migrantes (Sangreman et al., 2012¹¹; OIM, 2020). A forte presença do contributo das organizações da diáspora em Cacheu tem, também, por base o facto de haver na etnia dos manjacos uma maior tradição de práticas associativas (Sangreman et al., 2012¹²).

¹¹ A pesquisa desenvolvida na Guiné-Bissau teve como objetivo identificar os efeitos da migração no desenvolvimento das tabancas de origem dos migrantes e o seu contributo para o desenvolvimento regional e global da Guiné-Bissau. Foram estudadas 45 tabancas, distribuídas por todas as regiões continentais da Guiné-Bissau – Bafatá, Biombo, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali.

¹² Este fenómeno tem provavelmente as suas origens na divisão da sociedade manjaca em classes etárias e na prática tradicional que consiste nos indivíduos pertencentes a cada uma dessas classes (“uran”) efetuarem, principalmente enquanto jovens, trabalhos agrícolas coletivos para terceiros em troca de uma remuneração que é, também ela, utilizada coletivamente (e.g., em festas ou para a compra de trajes para todos os elementos) – para além da solidariedade reforçada que advém da realização em comum de cerimónias iniciáticas por parte dos elementos dessas classes. Em contexto migratório, esta solidariedade e esta prática foram adaptadas no sentido da criação de mecanismos de apoio destinados a facilitar o processo de instalação dos migrantes recém-chegados e garantir uma rede de solidariedade mútua. São estes arranjos coletivos informais que estão na origem da maior parte do tecido associativo em contexto migrante – tendo, numa fase posterior (uma vez assegurado um mínimo de estabilidade para os “pioneiros” da tabanca), passado a direcionar uma parte mais substancial da sua atenção para o desenvolvimento de iniciativas nas localidades de origem. Mais recentemente, os migrantes oriundos de diversas tabancas da Guiné-Bissau, em que predominam os grupos étnicos islamizados, passaram também a adotar crescentemente esta prática, ainda que, nesses casos, esta não tenha o mesmo tipo de enraizamento cultural “orgânico”.

Bafatá é destino de 17% do contributo coletivo dos emigrantes. Foram 30 as iniciativas identificadas de apoio ao desenvolvimento. Este resultado está em linha com o estudo de Sangreman et al. (2012) em que se referia que em 6 das 7 tabancas analisadas, os grupos-focais consideraram que são os migrantes quem mais contribui para o desenvolvimento local.

Gabú receciona 16% das intervenções da diáspora organizada, sendo algumas de associações da terra natal. São 17 as iniciativas identificadas entre 2016 e 2021. Os resultados do presente mapeamento apontam para um contributo significativo das organizações da diáspora. Por contraste, ou pelos movimentos emigratórios serem mais recentes, entre as tabancas analisadas no estudo de Sangreman et al. (2012) apenas uma apresentava projetos de desenvolvimento promovidos pelos migrantes visando a comunidade enquanto tal.

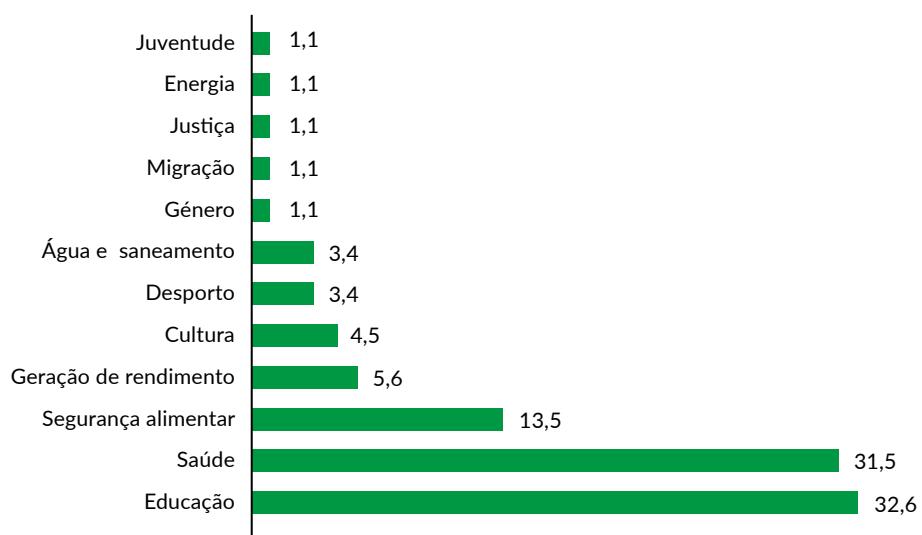
O Setor Autónomo de Bissau concentra 1 em cada 10 das iniciativas de apoio ao desenvolvimento protagonizadas pelas organizações da diáspora. Tal deve-se, sobretudo, ao apoio concedido ao Hospital Nacional Simão Mendes, o principal hospital do país, quer em termos de serviços como de formação dos profissionais de saúde que são encaminhados para as restantes regiões. Por outro lado, são muitas as organizações de ação social a operar em Bissau, como por exemplo os orfanatos, podendo ser também maior a sua capacidade de atração e divulgação das suas atividades junto dos membros da diáspora e de pessoas influentes (deputados, membros do governo, jornalistas).

Por fim, e como era de esperar tendo por base a forte componente rural do território da Guiné-Bissau, 3/4 das iniciativas desenvolvem-se em meios rurais.

QUAIS SÃO AS ÁREAS E TIPO DE INTERVENÇÃO

As iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau estão fortemente concentradas nos setores da educação e da saúde, na medida em que estão diretamente relacionadas com as necessidades mais prementes sentidas nas tabancas e que estas são, em geral, objeto de um relativo consenso. Grosso modo, são as comunidades na origem que através de *djumbais* entre os seus membros e pessoas de maior influência elegem a educação e a saúde como as prioridades de intervenção e de apoio das organizações da diáspora.

Figura 5: Distribuição das Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por área de intervenção na Guiné-Bissau (%)



Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

A educação, com 33% do total das intervenções, é o setor mais apoiado, seguido da saúde, que reúne 32% dos investimentos realizados. Nas palavras de um dos entrevistados “quer a educação como a saúde estão nas mãos dos emigrantes”.

Em terceiro lugar, surgem as iniciativas de segurança alimentar, sobretudo para combater a fome durante os períodos de confinamento da pandemia da Covid-19, que concentrou 14% do total das intervenções realizadas.

Por seu turno, o apoio a atividades geradoras de rendimento coletivas é menos comum, representando somente 6% do total das iniciativas e estão relacionadas com atividades de horticultura e de agricultura. Não se registam iniciativas de apoio à geração de rendimentos, designadamente de pequena escala no setor da hotelaria e restauração.

Exemplo de Boa Prática de Inovação: Geração de Rendimento através da Cultura

Organização Responsável: Associação Comité de Soutien Place Petabe

País da Diáspora: França

Destino na Guiné-Bissau: Cacheu

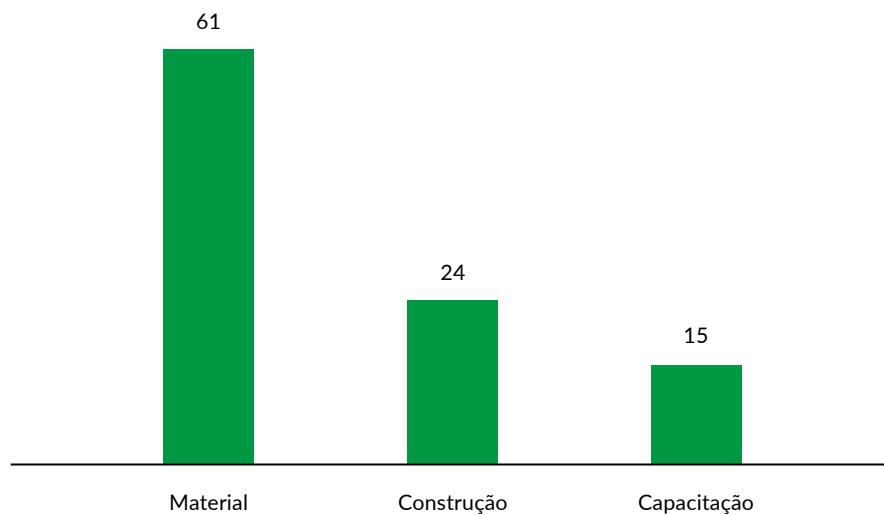
Descrição: envio de dinheiro (2800 euros) para a confeção de bombolons (6 no total). Estes instrumentos musicais são meios utilizados em Cerimónias fúnebres (enterro e “Toca-Tchur”) para convocar os espíritos e são, também, usados como meio de comunicação à distância. Ou seja, “quando há uma cerimónia na comunidade, tocam o Bombolom para informar toda a vizinhança e comunidades arredores, porque o eco do seu ressonar vai longe. Os sons emitidos transmitem informações como o nome do malogrado, o dia e localização da cerimónia. Estes sons são aprendidos durante as cerimónias de inicialização da fase adulta através dos fanados (circuncisão)”. A finalidade desta iniciativa é a de ter o serviço próprio poupando dinheiro, por um lado, e a de gerar uma fonte de receitas proveniente do seu aluguer para as outras comunidades, por outro.

Por fim, as iniciativas no âmbito cultural, mormente de carácter religioso, representam 5% do total das iniciativas. É residual, na comparação entre setores, o contributo das organizações da diáspora para o desporto, água e saneamento, género, migração, justiça, energia e juventude.

As iniciativas de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau abrangem vários setores e são muito variadas, incluindo a (re)construção de infraestruturas, como jardins de infância, escolas, centros de saúde e hospitais, bem como ao reforço das capacidades dos respetivos profissionais. No caso dos professores, em particular, dá-se o caso de as organizações da diáspora estarem a cofinanciar os seus salários. Cabe, também, destacar o envio de viaturas para assegurar o transporte médico (ambulâncias e bicicletas) e o envio de vários equipamentos para os serviços de saúde, como camas, colchões, equipamentos de diagnóstico médico, material cirúrgico, entre outros. No caso das escolas, há iniciativas que apetrecham as salas com carteiras e que distribuem material escolar aos alunos. Ao nível da segurança alimentar, as organizações da diáspora centraram as suas iniciativas na distribuição de bens alimentares de primeira necessidade durante o período da pandemia da Covid-19 e no fomento ao empreendedorismo agrícola, mormente no que toca à capacitação de jovens na horticultura e na criação de uma cooperativa agrícola para venda dos produtos.

No que toca ao tipo de iniciativas, o contributo das organizações da diáspora para o desenvolvimento da Guiné-Bissau passa, sobretudo, pela disponibilização de material (61% do total), seguindo-se-lhe o apoio através da (re) construção de uma infraestrutura (24% do total) e o apoio à capacitação de profissionais, (15% do total).

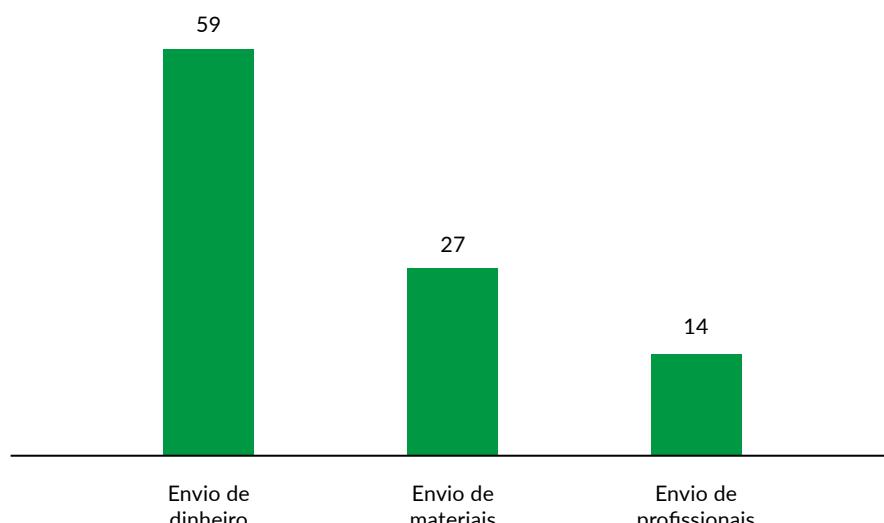
Figura 6: Distribuição das Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por tipo de intervenção na Guiné-Bissau (%)



Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

Já no que toca à forma como contribuem, as organizações da diáspora têm optado, sobretudo, por enviar dinheiro para benefício das comunidades na Guiné-Bissau (59% do total). Cerca de 30% das iniciativas envia materiais do exterior, sobretudo, dos países de onde operam as organizações da diáspora. Apenas 14% das iniciativas se realiza contando com o envio do exterior de profissionais das áreas das iniciativas (saúde, educação, segurança alimentar, entre outros).

Figura 7: Distribuição das Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por modalidade de intervenção na Guiné-Bissau (%)

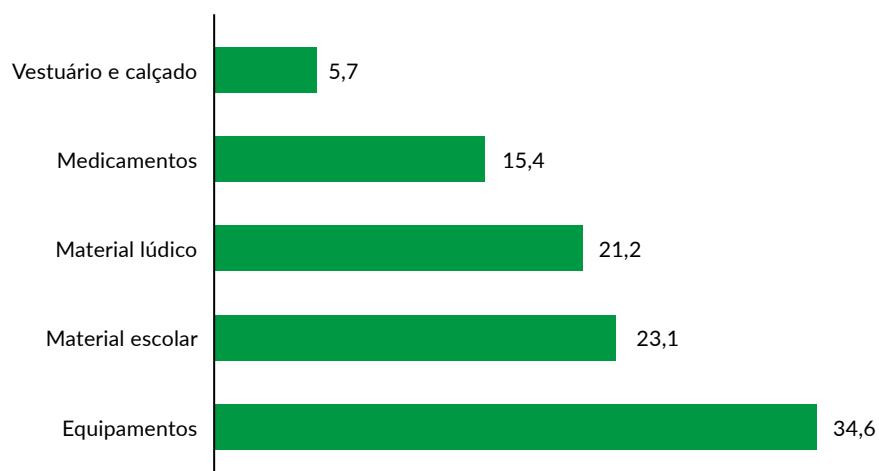


Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

Para a angariação de fundos na diáspora são utilizadas ou as contas das associações ou as contas bancárias de pessoas individuais. Para o envio do contributo em dinheiro para a Guiné-Bissau são usadas transferências bancárias ou agências de transferência monetária. O recurso a canais informais, como os viajantes, faz-se em pequena escala e por uma questão de oportunidade. Como refere um dos entrevistados “quando há alguém da associação ou da tabanca essa pessoa leva o dinheiro... nunca houve problemas. Nunca desapareceu. São pessoas de confiança”. A forma de envio do dinheiro continua a basear-se fortemente nos elos de confiança entre os membros da diáspora e em formas criativas de não pagamento das elevadas taxas cobradas pelas transferências de remessas. A título ilustrativo, uma das iniciativas dos membros da diáspora fez chegar a um elemento da diáspora todo o montante angariado, uma vez que este precisava de dinheiro em euros na sua conta bancária na diáspora, e o mesmo disponibilizou a totalidade do valor em francos CFA na Guiné-Bissau.

Analizando os materiais que são enviados para a Guiné-Bissau, trata-se, sobretudo, de equipamento como mobília, instrumentos de diagnóstico de saúde, veículos de transporte (como bicicletas ou ambulâncias), seguindo-se material escolar (cadernos, livros, canetas, mochilas...), o material lúdico (jogos, bolas) e medicamentos. Em menor escala, são enviadas também peças de vestuário e calçado. Ressalte-se que não estão a ser mencionados os bens alimentares doados à comunidade, no momento da pandemia da Covid-19, porque não foram enviados dos países de onde operam as organizações da diáspora, tendo sido comprados na Guiné-Bissau.

Figura 8: Material enviado para a Guiné-Bissau pelas Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por tipo de bens (%)



Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

Relativamente aos profissionais que são enviados do exterior, destaca-se o pessoal de saúde (sobretudo médicos, mas, também, enfermeiros). É de facto a área da saúde aquela em que se verifica uma maior mobilização de pessoas qualificadas no estrangeiro para participarem das iniciativas de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau. Não obstante, há outras iniciativas – que se realizam com a participação *in loco* de engenheiros e professores vindos do estrangeiro. Por exemplo, a ANARBA organizou a formação de jovens na área da horticultura com a deslocação de um engenheiro agrônomo. A Associação de Solidariedade de Filhos e Amigos da Região de Gabú organizou a conferência sobre “Pensar o desenvolvimento de Gabú” com a deslocação de inúmeros quadros da diáspora, nomeadamente professores, engenheiros e médicos.

Tabela 2: Profissionais enviados à Guiné-Bissau pelas Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021)

	N	%
Médicos	7	37
Engenheiros	5	26
Enfermeiros	4	21
Professores	3	16
Total	19	100

Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

O envio presencial de profissionais do exterior – elementos ou não da diáspora – para as iniciativas de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau não exclui, contudo, a existência de atividades de capacitação e/ou de transferência de conhecimentos organizadas à distância pela diáspora. Por exemplo, um médico da Associação de Filhos e Amigos de Bigimita deu uma palestra via plataforma Zoom aos seus conterrâneos na origem e outros pontos da diáspora sobre a Covid-19 e as formas de prevenção do contágio, contando com 100 participantes.

Por fim, refira-se que são muito poucas as organizações da diáspora que apresentam alguma especialização. A grande maioria das organizações trabalha em resposta às necessidades locais, que variam ao longo do tempo e à medida que as ações as vão colmatando. Tal significa que podem ter trabalhado primeiro no setor da educação e, posteriormente, no setor da água. A destacar algumas das organizações que se têm especializado, nomeadamente, no setor da saúde: a Saúde Sabe Tene e a Association Suisse d'Aide aux personnes diabétiques en Guinée-Bissau.

Discorrer sobre a pertinência e a importância tendo em conta as circunstâncias e prioridades locais das iniciativas levadas a cabo pelas organizações da diáspora é tarefa bastante complexa, uma vez que seria necessário estudar profundamente o contexto de cada uma delas. Não obstante, e baseando-nos nas entrevistas realizadas tanto às organizações da diáspora como aos pontos focais das iniciativas na Guiné-Bissau, o diagnóstico das necessidades e a identificação das prioridades foi geralmente realizado com a auscultação da comunidade e com a consensualização do plano de ação futuro. Ou seja, este processo implicou um debate entre a diáspora e os beneficiários das iniciativas. Por outro lado, os setores de intervenção das iniciativas, sobretudo a educação e a saúde, com apoio direto a escolas, centros de saúde e hospitais (construção, equipamentos, formação profissional e no caso da educação também pagamento de salários), bem como as iniciativas de educação para a saúde no âmbito de campanhas de prevenção da Covid-19, parecem indicar que as organizações da diáspora se estão a concentrar na resposta às necessidades básicas da população e nos pilares do desenvolvimento de uma comunidade. Baseadas nas teorias do capital humano, as iniciativas das organizações da diáspora sustentam-se na ideia de educação como forma de suportar uma modernização das sociedades. Por seu turno, a boa saúde é uma precondição para o trabalho e uma medida do desenvolvimento sustentável, conferindo-se à saúde um lugar privilegiado na construção de sociedades pacíficas e inclusivas.

Analisando o anterior programa do governo Guiné-Bissau 2025 Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 “Terra Ranka” que corresponde aproximadamente ao mesmo período das iniciativas das organizações da diáspora em análise (2016-2021), pode, igualmente, verificar-se o destaque que se dá à educação e saúde, designadamente no capítulo “reforçar o capital humano e melhorar a qualidade de vida de cada cidadão”. Pode, pois, concluir-se haver um alinhamento entre as iniciativas da diáspora e o programa governamental da época em análise.

Debruçando o olhar sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030¹³, as iniciativas das organizações da diáspora estão a contribuir, sobretudo e de forma direta, para a realização de:



Objetivo 1 – Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

Foram várias as iniciativas das organizações da diáspora que, reconhecendo as dificuldades económicas geradas pela pandemia da Covid-19, distribuíram cabazes alimentares básicos (com arroz e óleo) à população em praticamente todo o país, em particular aos mais pobres e pessoas em situação vulnerável. Há uma organização que se dedica particularmente a aumentar a produtividade agrícola e o rendimento de jovens agricultores, através de acesso à terra e disponibilização de materiais e conhecimento. O apoio à distribuição de refeições nas escolas também contribui para assegurar uma melhor nutrição das crianças e jovens na Guiné-Bissau.



Objetivo 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

As organizações da diáspora contribuem diretamente para atingir a cobertura universal de saúde, ao facilitarem o acesso a serviços de saúde essenciais e o acesso a medicamentos. São construídos e reforçados hospitais e centros de saúde, através do envio de bens materiais de mobiliário, equipamento médico e material cirúrgico, viaturas de transporte de emergência, entre outros. Durante o período da pandemia da Covid-19 foram muitas as iniciativas de distribuição de material de higiene e proteção individual e material para uso coletivo em lugares chave das comunidades. Foram, também, realizadas sessões de informação e esclarecimento aos membros das comunidades sobre como evitar a propagação da doença, os seus principais sintomas e as medidas a tomar em caso de suspeita ou contração da doença. Há um exemplo de uma organização a trabalhar no combate a doenças específicas em várias regiões do país e outra organização que realiza várias missões de médicos e enfermeiros à Guiné-Bissau, com o envio de múltiplos materiais em paralelo, para tratamento direto de doentes e formação de quadros no ativo no Serviço Nacional de Saúde guineense.

¹³ <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/> e <https://diasporagb.org/ods/>.



Objetivo 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

As organizações da diáspora estão fortemente comprometidas com o objetivo de aumentar o número de meninas e meninos que completam o ensino primário. Algumas apoiam, também, o ensino secundário e o ensino pré-escolar. O seu apoio passa pela construção de escolas (salas de aula, refeitórios, casas de banho), envio de material escolar, pagamento de salários aos professores e distribuição de refeições durante o período letivo. Há também iniciativas de apoio à formação de professores/educadores.



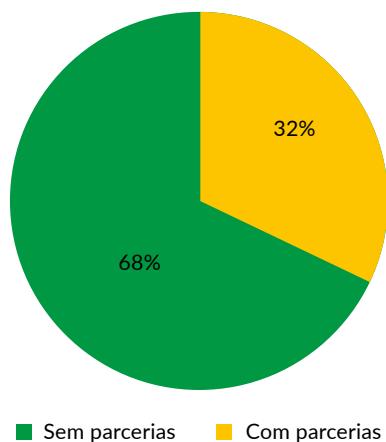
Objetivo 6 – Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

As organizações da diáspora têm construído poços que facilitam o acesso das populações a água própria para consumo humano.

QUAIS SÃO AS PARCERIAS

A grande maioria das iniciativas realiza-se com recurso a parcerias, quer no país de residência como na Guiné-Bissau. De facto, apenas 3 iniciativas em cada 10 se realizam de forma isolada. A não celebração de parcerias pode significar uma baixa capacidade de mobilizar ou aceder a recursos financeiros ou o acesso a informações, oportunidades de capacitação e a inovação, entre outros.

Figura 9: Recurso a Parcerias nas Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas entre 2016 e 2021 (%)



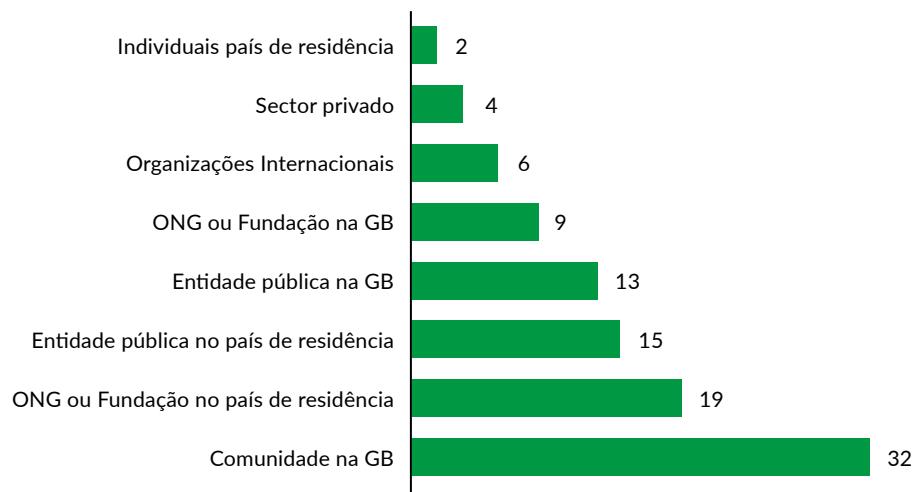
Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

Identificando o parceiro principal das iniciativas, destaca-se a comunidade de origem da intervenção na Guiné-Bissau. Para 32% das iniciativas é a comunidade como um todo ou uma associação congénere à da diáspora na tabanca que trabalha em conjunto com a diáspora. Frequentemente são as associações congénères na Guiné-Bissau que assumem a responsabilidade de receber e gerir as verbas envolvidas, de supervisionar a implementação do projeto e reportar os seus resultados. Por outro lado, as organizações da diáspora contam com os elementos da comunidade para trabalharem como voluntários na execução das iniciativas de apoio ao desenvolvimento.

O segundo parceiro mais relevante do contributo coletivo da diáspora são as organizações não governamentais ou fundações nos países de residência. Estas são particularmente relevantes na doação do material que é posteriormente enviado à Guiné-Bissau. A esta luz, note-se o papel marginal desempenhado pelo setor privado neste domínio. Já as organizações não governamentais na Guiné-Bissau têm pouca relevância se excluirmos em particular o caso da GRDR (Groupe de Recherche et de Réalisation pour le Développement Rural), que na zona de Cacheu tem servido de apoio ou mesmo de parceiro implementador das iniciativas.

As entidades públicas no país de residência, como as autarquias, e na Guiné-Bissau, em que se destacam as escolas e hospitais/centros de saúde geridos pela administração pública guineense surgem como o terceiro e quarto parceiros mais relevantes das organizações da diáspora.

Figura 10: Principal Parceiro das Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por tipo de parceiro (%)



Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

Exemplo de Boa Prática de Parcerias

Organização Responsável: ONG Saúde Sabe Tene

País da Diáspora: Portugal

Destino na Guiné-Bissau: SAB

Descrição: organização de mais de 15 missões com aproximadamente 500 médicos e enfermeiros, com entrega de material para o hospital nacional Simão Mendes da Guiné-Bissau e realização de 700 cirurgias + 10 000 consultas + 500 exames. Concretiza-se através de múltiplas parcerias em Portugal (hospitais e financiamentos de várias fontes) e na Guiné-Bissau (governo – declaração de parceria; hospital Simão Mendes; e setor hoteleiro); apresentação de relatórios públicos de cada missão ao governo da Guiné-Bissau e doadores.

Tendo em conta que as iniciativas da diáspora são de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau seria expectável um maior nível de colaboração entre as organizações da diáspora e as entidades governamentais. Contudo, e pelo contrário, o Estado guineense ainda se mostra ausente no binómio migração e desenvolvimento. Como notou Có (2004), o Estado não só não acrescenta nenhum complemento aos projetos como, pelo contrário, impõe constrangimentos burocráticos desnecessários que entravam os esforços efetuados.

De facto, as entrevistas a múltiplos atores governamentais e da administração pública, revelam um desconhecimento generalizado das iniciativas por parte do governo e a inexistência de articulação das organizações da diáspora com as instituições públicas. Tal pode dever-se, por um lado, à inação do Estado em ir ao encontro da diáspora e das suas organizações (nomeadamente fazendo um mapeamento das organizações e das iniciativas que receberam isenções fiscais na Guiné-Bissau), e, por outro, à inação por parte dos emigrantes no sentido de procurar espaços de diálogo com o Estado. Nas palavras de um dos entrevistados, “os migrantes não procuram as embaixadas e as embaixadas também não procuram os migrantes”.

A não procura de apoio do Estado por parte dos emigrantes pode dever-se, como notado no estudo de Sangreman et al. (2012), à “desconfiança profunda da diáspora guineense em relação às iniciativas governamentais. (...) Este sentimento cria dificuldades de relacionamento entre a diáspora e o poder político, com consequências evidentes sobre a capacidade de formulação e execução de políticas dirigidas para a emigração”.

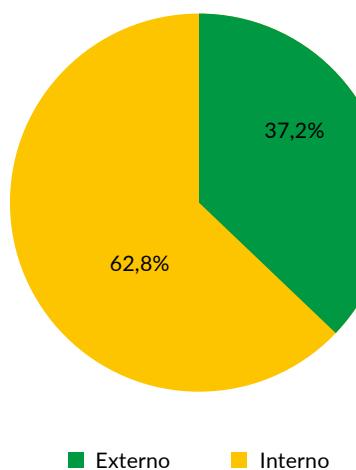
De facto, as organizações da diáspora não se apoiam nas instituições estatais na Guiné-Bissau nem recorrem às missões diplomáticas para realizar os seus contributos, não considerando, geralmente, aptas ou disponíveis a apoiar. Nas palavras dos entrevistados, “não contamos com o governo”, “quando solicitamos apoio nem resposta obtemos” e/ou “as missões diplomáticas não estão preparadas para passar informação às associações”.

Não obstante, parece ser importante reforçar a construção de parcerias entre as organizações da diáspora e entidades externas (nomeadamente à comunidade local beneficiada com a iniciativa na Guiné-Bissau). A própria carência de profissionalização das organizações, que se revela na frágil capacidade de planear, medir e reportar os resultados das iniciativas (adiante explicado em maior detalhe) obstrui o processo de relacionamento e de criação de parcerias e sinergias, também, com o próprio Estado. Torna-se, por exemplo, muito difícil trabalhar em parceria se as atividades não estão detalhadas minuciosamente, se não há relatórios financeiros e/ou se há falta de apresentação de resultados concretos.

QUAIS SÃO OS FINANCIAMENTOS

As organizações da diáspora revelam uma sólida capacidade de constituição de uma base de recursos próprios para conduzirem as suas iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau. Cerca de 6 em cada 10 iniciativas realiza-se com o financiamento próprio das organizações cujos montantes provêm, sobretudo, das quotas internas dos associados, que tendem geralmente a ser de pequenos montantes (oscilando entre os 5 e os 10 euros por mês), de recolhas extraordinárias de fundos (em campanhas *ad hoc* para fins específicos) e de receitas provenientes de atividades realizadas (como eventos gastronómicos ou de índole musical). Não se regista a geração de receitas provenientes das rendas com o património próprio.

Figura 11: Financiamento das Iniciativas das Organizações da Diáspora Guineense identificadas (2016-2021), por financiamento externo ou interno (%)



Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

Se, por um lado, esta autonomia financeira lhes permite total autonomia na definição das prioridades da atuação no país de origem, sobre outra perspetiva, pode estar a refletir a ausência de capacidade de captação de financiamento exterior.

A não diversificação das fontes de financiamento ou, dito de outro modo, a dependência do contributo por parte dos associados torna a organização mais suscetível aos ciclos económicos e à mobilidade dos seus membros. Foram inúmeros os relatos de organizações que têm diminuído o número de associados devido à re-emigração para outros destinos ou a perda de receitas durante a pandemia da Covid-19 por dificuldades económicas acrescidas dos seus sócios e a impossibilidade de contactos e de reuniões presenciais. De facto, estas associações congregam populações com origem em comunidades rurais e com posições sociais, muitas vezes, desfavorecidas nos países de acolhimento pelo que a sua disponibilidade para contribuírem para um coletivo para além da sua família direta na Guiné-Bissau é limitada.

Observando as fontes de financiamento externas, sublinhe-se que o Estado guineense não surge como (co) financiador de nenhuma das iniciativas. A maioria das iniciativas é financiada por Fundações nos países de residência das organizações da diáspora. As autarquias revelam-se como o segundo financiador mais frequente, seguido de cidadãos anónimos e das Nações Unidas. Esta última aparece representada por uma linha de financiamento da Organização Internacional para as Migrações (OIM) na Guiné-Bissau destinada exclusivamente para organizações da diáspora que não foi, contudo, utilizada na sua integralidade por falta de candidaturas.

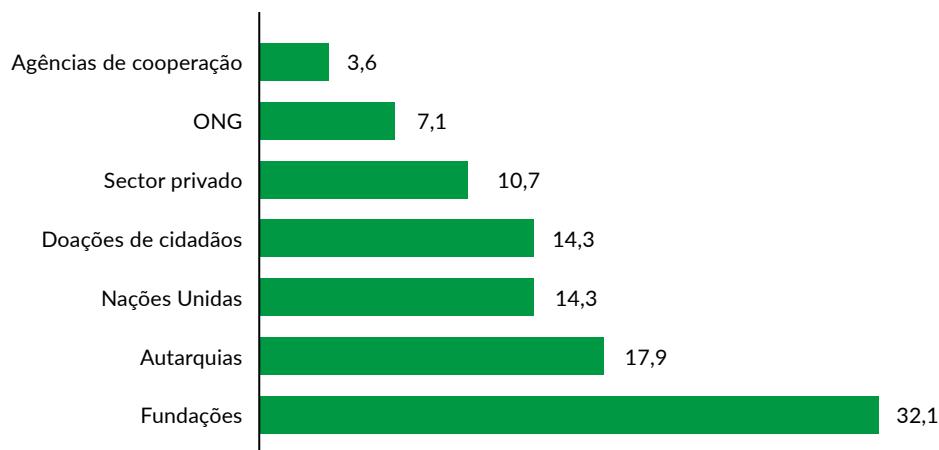
O setor privado representa cerca de 20% do total dos financiadores das organizações da diáspora. Com menor importância surgem as organizações não governamentais, porventura, por também elas se encontrarem à procura de financiamento.

As agências de cooperação são os financiadores menos frequentes das iniciativas das organizações da diáspora de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau. Esta evidência pode dever-se ao facto de, por um lado, as organizações necessitarem de estar formalmente constituídas (o que não é o caso da totalidade das organizadas mapeadas) e, por outro, carecerem de estatuto de organização não governamental de desenvolvimento. Em Portugal não foram identificadas associações de migrantes guineenses com estatuto de organização não governamental de desenvolvimento (ONGD), atribuído pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. O acesso a este estatuto requer que as associações explicitem nos seus estatutos fins de cooperação e/ou educação para o desenvolvimento ou de ajuda humanitária e demonstrem experiência neste tipo de atividades. As associações têm de ser reconhecidas pelo Alto Comissariado para as Migrações, tornarem-se ONGD reconhecidas pelo Camões, I.P. e procurarem, nos primeiros anos, alianças com outros atores não-governamentais e governamentais para as candidaturas, dada a exigência de 3 anos de intervenção. Segundo um dos entrevistados de uma organização que está com este processo em curso “o procedimento é burocrático e moroso e até agora ainda não conseguimos um resultado positivo”.

As entrevistas com as organizações da diáspora revelam que na maioria das situações não se fazem candidaturas e não se acede a linhas de financiamento externas. Tal pode obstruir a dimensão do seu contributo e dos seus resultados na Guiné-Bissau. Esta afirmação é particularmente verdadeira no caso de organizações da diáspora com poucos associados (a de menor dimensão identificada para o presente mapeamento conta somente com seis associados¹⁴). As organizações da diáspora parecem não estar a aproveitar as linhas de financiamento externas, como foi o caso da oportunidade gerada pela OIM, devido à ausência do seu conhecimento, carência de preparação técnica, escassez de tempo disponível por parte dos seus membros (voluntários na sua grande maioria) ou não preenchimento dos requisitos formais para a candidatura. Por exemplo, as linhas de financiamento exigem colaborações com entidades formalmente constituídas na Guiné-Bissau e essa não é a forma natural da comunidade na Guiné-Bissau se envolver. Pelas mesmas razões, e com a complexidade exigida na apresentação de candidaturas a concursos, foram referidas dificuldades em ter sucesso nas submissões de propostas realizadas.

¹⁴ O estudo de Sangreman et al. (2012) indica que, no caso português, 40% das associações de terra natal contam com entre 50 e 99 membros.

Figura 12: Principal Financiador Externo das Iniciativas das Organizações da Diáspora identificadas (2016-2021), por tipo de financiador (%)



Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

Exemplo de Boa Prática de Aproveitamento de Oportunidade de Financiamento

Organização Responsável: Federação FAIASCAP e Bafatá XXI

País da Diáspora: Portugal e Cabo Verde

Destino na Guiné-Bissau: Cacheu

Descrição: Conhecimento e preparação para aproveitamento de linhas de financiamento de parceiros internacionais (entre 10 a 20 000 euros) – planeamento da intervenção com objetivos, resultados esperados e atividades. Havendo uma linha aberta de financiamento para organizações da diáspora, estas duas organizações mostraram a vontade e a determinação de preencher os formulários para apresentação de uma candidatura.

Importa, por último, referir a forte capacidade de mobilização de recursos em situação de crise, de que é exemplo o período da pandemia da Covid-19. Foram várias as organizações e/ou grupos constituídos para o efeito que conseguiram, num espaço de tempo muito curto e com sucesso, lançar campanhas de angariação de fundos para compra de bens alimentares e materiais de proteção individual na Guiné-Bissau.

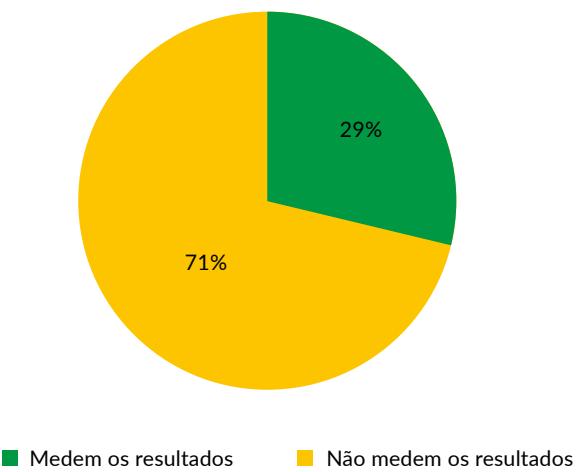
QUAIS SÃO OS RESULTADOS

Muito embora as organizações da diáspora consigam veicular como as suas atividades impactam a realidade, os resultados das iniciativas raramente estão dimensionados ou são monitorizados. Tal parece dever-se, por um lado, à falta de capacidade técnica para o fazer, tanto pela inexistência de recursos humanos dedicados para o efeito e com os conhecimentos necessários para a sua quantificação e qualificação, como pela não exigência aparente de prestação de contas por parte dos seus financiadores (na sua maioria sócios das organizações). Há que referir que se trata de iniciativas na maioria dos casos implementadas por voluntários tanto no país da diáspora como na Guiné-Bissau e cuja preparação técnica parece precisar de um reforço claro nestas matérias. Importa, também, evidenciar que a cultura de avaliação no setor da cooperação internacional foi fortemente impulsionada pelos financiadores e não tanto por um sentido crítico interno das organizações para analisar o que se alcança e como se podem melhorar os resultados e os processos.

O reporte existente cinge-se à verificação da ocorrência ou não das atividades previstas (outputs) e não do efeito que geram sobre os potenciais beneficiários (outcomes). A título ilustrativo, nem sempre o envio de material para a Guiné-Bissau é devidamente escrutinado numa fase pós-chegada ao território nacional, não havendo, por isso, conhecimento sobre os critérios para a sua distribuição ou a sua devida utilização.

É, pois, preciso trabalhar a questão da transparência e da apresentação de contas para salvaguarda das próprias organizações e para dissipar as possíveis desconfianças que surgem (tópico abordado em fase posterior no relatório).

Figura 13: Medição dos Resultados das Iniciativas das Organizações da Diáspora Guineense identificadas entre 2016 e 2021 (%)



Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

Assim, não obstante a sua forte capacidade de mobilização de recursos e de voluntários, as organizações da diáspora carecem, grosso modo, de um nível de profissionalização que lhes permita ter capacidade de apresentação dos resultados das iniciativas implementadas. Esta lacuna pode estar, por seu turno, a impedir o acesso a novo financiamento e ao estabelecimento de proximidade com possíveis doadores ou parceiros de cooperação internacional.

Por sua vez, a tendência verificada é a de não existirem ou não serem públicos os relatórios anuais de atividades, financeiros e de auditorias. Uma vez mais, tal parece estar a dever-se à falta de recursos humanos dedicados e remunerados para o efeito, à falta de capacidades técnicas nalgumas situações ou à não exigência dos mesmos por parte dos seus sócios e/ou restantes financiadores. O trabalho é desenvolvido com registos internos, mas que carecem do formato de um relatório. Também não há, regra geral, uma disseminação ou divulgação do trabalho que a organização da diáspora está a desenvolver na Guiné-Bissau. Os seus resultados tornam-se, assim, invisíveis ou desconhecidos para muitos. São várias as organizações que não dispõem de nenhuma página na internet, nem perfil em nenhuma rede social, o que parece denotar um interesse limitado ou a ausência de profissionalização e de consciência sobre a importância de comunicar e dar a conhecer o seu trabalho junto do público.

Sobre outra perspetiva, a sua projeção no tempo está, nalgumas situações, pouco sustentada. O não envolvimento das autoridades nacionais, como visto anteriormente, pode colocar em causa os impactos das iniciativas da diáspora. Por exemplo, há investimentos feitos na melhoria das infraestruturas de saúde e educação que depois não têm continuidade pela não integração de recursos humanos pagos pela administração pública nesses serviços e pela fragilidade das políticas públicas, em geral. Servem, também, de estudo de caso as ambulâncias que foram enviadas e que não estão em funcionamento por falta de verba para a sua manutenção. Outras tantas vezes, os investimentos realizados pelos migrantes não têm qualquer impacto porque não são finalizados. A esta luz, são alguns os exemplos de construção de infraestruturas cujas obras não são terminadas por falta de fundos, e que correm o risco de se deteriorarem com a passagem do tempo. Nalgumas situações fez-se a escolha de fazer uma obra maior do que os fundos disponíveis, optando-se, por exemplo, por construir 3 salas de um centro de saúde (nenhuma terminada) em vez de concentrar os esforços em apenas uma com sucesso.

Outra questão problemática, e que revela a ausência de um planeamento detalhado, relaciona-se com a eficiência de algumas das iniciativas. São exemplos claros as situações em que o envio de material (nomeadamente de carteiras e outro equipamento escolar para as escolas) do estrangeiro para a Guiné-Bissau (mesmo que angariado por doações de terceiros) não compensa os custos envolvidos. Ou seja, há pacotes de material cujo valor é inferior aos gastos com os transportes (quer marítimo como já terrestre no território da Guiné-Bissau) e despesas de desalfandegamento dos bens no porto de Bissau (processo descrito em maior detalhe no capítulo sobre as dificuldades). Aqui importa haver uma análise mais apurada sobre a disponibilidade dos mesmos materiais/bens na Guiné-Bissau e ser orçamentado por comparação a sua aquisição a nível local. A ausência de um orçamento detalhado sobre os custos envolvidos no envio do material para a Guiné-Bissau conduz, por vezes, a uma tomada de decisão pouco informada.

Não existem, contudo, estudos sobre o impacto das iniciativas das organizações no desenvolvimento da Guiné-Bissau nem análises sistematizadas orientadas para a aprendizagem organizacional com cada iniciativa implementada. Seria, pois, útil investir em sistemas de monitorização e avaliação, com métodos participativos de auscultação aos membros, parceiros e comunidades, que permitam o (re)direcionamento da ação e a compilação de lições aprendidas com a implementação de cada processo.

Não obstante o frágil reporte dos seus resultados e impactos, e embora a sua escala, nível de profissionalização e alcance de resultados varie, um ponto é transversal a todas – os depoimentos daqueles que nas comunidades na Guiné-Bissau reconhecem a “enorme ajuda” e “solução” que os coletivos da diáspora representam no alívio das suas dificuldades. De resto, as organizações da diáspora estão a contribuir para localidades e com iniciativas não cobertas nem pelo Estado da Guiné-Bissau nem por outros agentes de desenvolvimento, como as organizações não governamentais. Podem, por isso, ser considerados como apoios ao último quilómetro a populações residentes longe dos centros urbanos.

É, pois, fulcral sublinhar que há uma contribuição efetiva das organizações da diáspora para o bem-estar das populações na Guiné-Bissau. Analisando os dados das iniciativas que apontaram um número de beneficiários concreto para as suas iniciativas, verifica-se que as iniciativas beneficiam, em média, 181 pessoas. Multiplicando este valor pelo número de iniciativas temos um total de 13 937 indivíduos beneficiados pelas organizações da diáspora como estimativa. Note-se, contudo, que a esta contabilização foi retirado o caso da ONG Saúde Sabe Tene que nos cinco anos em análise beneficiou, no mínimo, 10 000 pessoas com as consultas, operações e equipamentos em vários polos hospitalares, sobretudo no Hospital Simão Mendes. Em traços largos, as organizações da diáspora trabalharam em benefício de cerca de 24 000 indivíduos na Guiné-Bissau, no período compreendido entre 2016 e 2021.

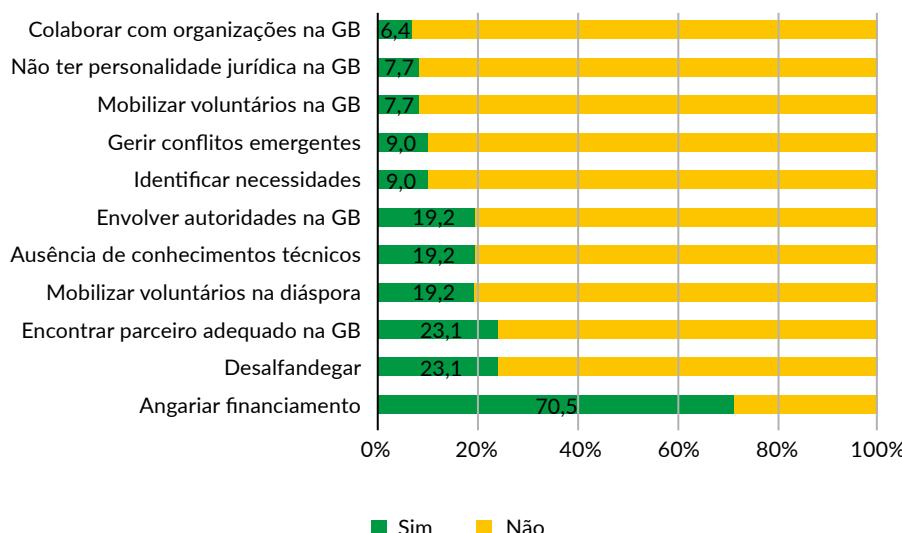
São vários os exemplos de iniciativas das organizações da diáspora cujo impacto é enorme no bem-estar da população. Destaca-se, por exemplo, o envio de dinheiro para a compra de duas baterias dos painéis solares que servem a sala de partos do hospital/centro de saúde de Tite que até então funcionava sem luz durante a noite. Outro caso de sucesso é o do apoio à criação de um serviço exclusivo para diabéticos no Hospital Nacional Simão Mendes, com a devida capacitação de médicos e enfermeiros e a distribuição gratuita de medicamentos aos pacientes. Noutras tabancas, o contributo das organizações de emigrantes centrou-se em aspectos culturais e/ou religiosos, com a construção de um centro multifuncional com sala de cinema, cyber e biblioteca ou de uma capela e de uma mesquita. Há, também, comunidades que beneficiam atualmente de uma escola por força do contributo das organizações da diáspora, ou da ampliação das suas infraestruturas, ou da melhoria das suas condições sanitárias (com a construção de latrinas). No caso particular de uma comunidade que já contava com uma escola construída com o apoio da diáspora, o contributo para a compra do painel solar permitirá que as mulheres da tabanca possam ser alfabetizadas durante o fim da tarde ou noite. A construção de poços para obtenção de água de forma mais acessível nas comunidades regista-se, também, em várias comunidades. Durante a pandemia da Covid-19, os emigrantes foram particularmente solidários com as populações na Guiné-Bissau, contabilizando-se 23 iniciativas que enviaram dinheiro para a compra (ou em menor número optaram por enviar do estrangeiro) de material de proteção individual e de prevenção do contágio (balde com lixívia ou sabão distribuídos por pontos críticos de concentração da população, nomeadamente locais de administração pública) e/ou evitaram a fome algumas famílias ao distribuírem cestas básicas de alimentos, sobretudo com arroz e óleo. A capacidade de mobilização de fundos em pouco tempo revela que as organizações da diáspora conseguem dar o seu contributo numa situação de emergência humanitária.

QUAIS SÃO AS DIFICULDADES

De acordo com os entrevistados na diáspora, eis as principais dificuldades de implementação das iniciativas de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau:

- i. Angariar financiamento;
- ii. Desalfandegar os bens;
- iii. Ter parceiro adequado na Guiné-Bissau;
- iii. Mobilizar voluntários na diáspora;
- iii. Ter conhecimento técnico e envolver as autoridades na Guiné-Bissau.

Figura 14: Dificuldades na Implementação das Iniciativas das Organizações da Diáspora na Guiné-Bissau entre 2016 e2021 (%)



Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

Analizando separadamente os desafios referidos pela diáspora, a maior dificuldade que as organizações enfrentam está na angariação e mobilização de recursos. De facto, 7 em cada 10 iniciativas debate-se com o desafio de conseguir os fundos necessários para colmatar as necessidades de desenvolvimento identificadas nas comunidades na Guiné-Bissau. Nas palavras de vários dos entrevistados a este respeito: “Apenas 10% dos sócios (são 180) paga a sua quota. É o nosso calcanhar de Aquiles”; “Angariar fundos aqui é muito difícil... mesmo que seja 5 euros”; “Temos fracassado bastante nas suas contribuições”; “Às vezes os projetos demoram 5 anos a ser executados por causa da falta de dinheiro”; “O mais difícil foi sensibilizar toda a diáspora...há diáspora que não queria dar nada porque já não tem lá ninguém. Se toda a diáspora contribuisse já estava toda a escola feita”.

Assim, as dificuldades de financiamento parecem prender-se com quatro motivos principais:

- i. A dependência, em muitos casos exclusiva, do contributo dos associados – são inúmeros os relatos de dirigentes das organizações sobre o não pagamento das quotas por parte dos sócios. Mesmo tratando-se de 5 a 10 euros por mês, a proporção dos que cumpre com esse pagamento de forma estável é bastante diminuta. Trata-se de um donativo voluntário, sem carácter vinculativo. A esta luz, e como forma de reverter este carácter não obrigatório, uma das organizações referiu ter a estratégia, em consórcio com a comunidade na origem, de não permitir a realização de cerimónias fúnebres na comunidade sem que esse membro tenha as suas quotizações sem dívidas. Importa aqui reconhecer que muitos dos membros das organizações da diáspora ou outros migrantes guineenses não afiliados são pessoas com uma integração no mercado laboral com

remunerações baixas (ou das mais baixas, como é o caso da comunidade guineense em Portugal por comparação às restantes comunidades imigrantes) e que, geralmente, já contribuem com remessas para as suas famílias na Guiné-Bissau. Como retratado no discurso de um dos entrevistados “A vida aqui também não é fácil – tirar mais do que 5 euros é muito difícil”. Os efeitos da pandemia Covid-19 também se fazem sentir ao nível da angariação das quotas, dada a impossibilidade de realização de reuniões presenciais entre os membros das organizações. Há, também, quem refira que há membros da diáspora que querem fazer esse contributo individualmente para que fiquem com esse reconhecimento;

ii. A falta de tempo por parte dos membros das organizações – a cobrança das quotas e o apelo e sensibilização aquando do lançamento de campanhas de financiamento extraordinárias requer muito tempo e disponibilidade de recursos humanos;

iii. A falta de exploração de fontes de financiamento alternativas, por falta de capacidade técnica, por falta de disponibilidade de tempo por parte de voluntários e pelo facto de algumas das organizações não estarem formalmente constituídas (também porque esse processo requer recursos financeiros de que não dispõem). De facto, a não formalização de algumas das organizações da diáspora impede o acesso a mais financiamento e aos apoios estatais. Este motivo conduziu as associações a adotar novas estratégias de formalidade, como a tentativa de aquisição dos estatutos de IPSS e de ONG;

iv. A desconfiança por parte da diáspora no uso dos donativos. Há um enorme potencial de mobilização de pequenos contributos dos membros da diáspora que não se consegue angariar porque não se tem trabalhado suficientemente na transparência e na apresentação de resultados. Ou seja, o problema nem sempre está porque ocorrem desvios efetivos de fundos, mas na percepção que tal possa ter ocorrido. Casos anteriores de má prática na gestão dos fundos minam a capacidade de angariar financiamentos futuros. É, pois, essencial, ter mecanismos de fiscalização sobre os donativos, como por exemplo recorrer a listas abertas com a publicação dos donativos de cada membro para que haja fiscalização de todos. Segundo um dos entrevistados “Qualquer um que esteja a trabalhar aqui estaria na disposição de tirar 5 euros, desde que a pessoa tivesse a certeza que ia para o destino combinado”.

Exemplo de Boa Prática de Transparência

Organização Responsável: Grupo informal - Campanha Covid-19

País da Diáspora: Brasil

Destino na Guiné-Bissau: Bafatá, Oio, Gabú, Cacheu e Bolama

Descrição: Angariação de fundos para combate à Covid-19 (produtos de higiene e alimentares) através de uma campanha *online* no Facebook, publicações semanais das entradas dos donativos, concurso para identificação de parceiros nas regiões da GB + prospeção de mercado sobre preços e compra dos bens + apresentação de faturas + registo de entrega dos materiais aos beneficiários + relatório final para apresentação de contas

Para além do desafio ao nível do financiamento, a segunda maior dificuldade prende-se com o processo de desalfandegamento dos bens. Cerca de 25% das iniciativas teve ou ainda tem problemas para conseguir retirar os bens enviados da alfândega. Contudo, ao cruzarmos este dado com o das iniciativas que enviaram bens para a Guiné-Bissau é possível constatar que quase 90% destas denuncia sérias dificuldades nas alfândegas. Ou seja, este problema não é mais expressivo no cômputo geral porque a maioria das iniciativas não implicou o envio de bens para a Guiné-Bissau.

São inúmeros os relatos de constrangimentos ao nível do desalfandegamento dos bens enviados pelas organizações da diáspora. Para além de casos em que há bens que desaparecem dos contentores, é recorrente o pagamento de quantias avultadas não previsto pelas organizações.

Há, pois, uma enorme desinformação das organizações da diáspora relativamente ao processo de desalfandegamento dos contentores, também pelo facto do procedimento não ser devidamente explicado (“passo a passo”) pelo Estado. Há muitas que desconhecem:

- i. A possibilidade de terem isenções fiscais por se tratar de um contributo solidário, embora para tal seja preciso estarem formalmente constituídas na Guiné-Bissau e terem uma declaração de parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Economia e do Plano emitida. Muitas nem sequer conheciam essa possibilidade de parceria ou não conseguem obter esclarecimentos sobre como obtê-la. Para que haja isenções fiscais aos bens enviados é necessário que a organização da diáspora apresente a fatura de compra ou carta de doação do material enviado no contentor. Este requisito obsta a que as organizações usufruam dessa isenção, uma vez que a maior parte do material lhes foi doado por várias entidades terceiras (indivíduos particulares inclusive) nos países da emigração;
- ii. Que mesmo tendo a isenção fiscal há custos associados, ou seja, que o processo não é gratuito por se tratar de um donativo. É necessário pagar as taxas comunitárias e também os emolumentos, assim como os serviços das alfândegas e os despachantes. Também neste ponto parece haver problemas quanto à definição e transparência desse pagamento. O procedimento de desalfandegamento requer três profissionais envolvidos a acompanhar o processo e houve organizações da diáspora a quem se exigiu o pagamento de uma quarta pessoa;
- iii. Que há um custo por cada dia que o contentor está no porto de Bissau. Esta última questão gera enormes problemas às organizações, porque somam-se aos custos de transporte, o pagamento das taxas e da retirada tardia dos bens do porto. Em algumas situações, a fatura final é de tal forma avultada que as organizações não conseguem desalfandegar o contentor e os seus bens vão a leilão. Noutras situações, as organizações conseguem esforçadamente pagar os custos associados, mas o balanço final não é positivo porque o material enviado tem um valor inferior aos custos envolvidos. Uma das organizações entrevistada pagou cerca de 2 milhões de francos CFA para desalfandegar o material enviado, depois de ter o contentor durante 11 meses no porto.

Estas situações ocorrem quando as organizações não recorrem, pelo custo associado, a transportadoras nem a despachantes oficiais que orçamentam logo desde o início todo o procedimento relativo ao desalfandegamento dos bens no porto de Bissau.

A maioria das situações nas alfândegas foi resolvida, de acordo com os entrevistados, com a intermediação de alguém relacionado com o círculo político ou de influência junto a este. Não há, regra geral, envolvimento da entidade beneficiária na resolução destes diferendos.

As organizações da diáspora reivindicam a isenção total de pagamento fiscais ou de taxas adicionais e a facilitação do processo de legalização na Guiné-Bissau (que é burocrático e moroso, podendo demorar até um ano) para se fazer prova de que se trata de um contributo solidário. A animosidade das organizações da diáspora com a alfândega é de tal ordem que há quem afirme que “a alfândega quer que se deixem os bens no porto para que os levem a leilão ou acabem com o material nos seus escritórios”. Por seu turno, são vários os membros da diáspora a reconhecer que as experiências negativas que tiveram no processo de desalfandegamento desencorajam o envio futuro de bens para a Guiné-Bissau. A expressão mais evidente nesse sentido foi a de um dos entrevistados que afirmou “temos mais bens na associação, mas tenho medo de voltar a enviar o material para a Guiné-Bissau”.

São várias as organizações da diáspora a referir-se à difícil identificação e/ou disponibilidade de parceiros fidedignos na Guiné-Bissau. Tanto os membros das comunidades entrevistados na Guiné-Bissau como na diáspora tenderam a afirmar que a comunicação entre as partes se realiza sem obstáculos. Para essa fluidez de contacto, o recurso aos meios virtuais, como o WhatsApp, Zoom ou Teams, é muito frequente. Assim, a fase da identificação das necessidades na origem e a discussão sobre a sua priorização não parece ser problemática (dificuldade identificada apenas por sete iniciativas). Os desafios parecem surgir mais ao nível da implementação e monitorização das iniciativas bem como ao reporte dos seus resultados. Foram várias as organizações a afirmar ser difícil encontrar organizações com um nível de experiência e profissionalização que gere confiança. Por outras palavras, e como nos mostram os números, a questão não parece estar ao nível do envolvimento da comunidade e de voluntários na origem, mas, antes, em termos da sua frágil capacidade ou conhecimento técnico. É, pois, nas palavras de um dos entrevistados, “essencial estudar primeiro o projeto, em segundo identificar qual é o parceiro que é certo para fazer esse trabalho e, por fim, encontrar alguém para ser responsável do projeto na Guiné e acompanhar todo o processo”.

Paralelamente, ao longo das entrevistas, as questões e experiências passadas (vividas ou reportadas) de desvio de fundos e de corrupção na Guiné-Bissau minam a confiança dos membros da diáspora. Este ponto da confiança e da transparência é particularmente importante ser trabalhado para que se continue a encorajar este contributo solidário por parte da diáspora organizada em coletivos. Aliás, como vimos, a questão da dificuldade de angariar financiamento tem como uma das suas raízes a percepção de insegurança e pouca confiança na aplicação dos fundos doados. Nas palavras de um dos entrevistados na diáspora, “estando nós à distância é preciso confiar muito nas pessoas” mas, como refere outro membro, “quando pede tem que mostrar o resultado. Por isso tivemos um live e publicávamos um boletim diário para ir prestando contas, com acompanhamento de fotografias das entregas para comprovar”.

De resto, o desafio ao nível da mobilização de voluntários é maior na diáspora do que na Guiné-Bissau. O trabalho de preparação, de apoio direto ou indireto à implementação, de monitorização e reporte do dinheiro angariado e dos resultados obtidos é bastante exigente em termos de tempo. Tomando em consideração que a grande maioria das organizações da diáspora não tem colaboradores remunerados, todo este volume de trabalho recai sobre um pequeno grupo de voluntários. Mesmo quando se trate de uma organização de dimensão média ou grande (aferida pelo número de sócios) a operacionalização das iniciativas está concentrada nas mãos de poucos indivíduos, muitas vezes “com bastante sacrifício” ou “restando pouco tempo para os tempos livres”, segundo os entrevistados.

A ausência de conhecimento técnico por parte das organizações da diáspora e, como vimos, também dos seus parceiros ou comunidades na Guiné-Bissau é um dos aspetos mais referidos durante as entrevistas. Há, pois, uma forte consciência das limitações que os membros das organizações têm para desenhar, implementar, monitorizar e avaliar as iniciativas de apoio ao desenvolvimento. A grande maioria dos membros das organizações desempenha funções profissionais que em nada estão relacionadas com o trabalho de cooperação internacional, nem dispõem de formação técnica a esse nível. Em suma, há falta de recursos humanos qualificados nas organizações da diáspora¹⁵.

Sobre outro ponto de vista, e como apresentado na secção sobre as parcerias, são várias as organizações da diáspora a fazerem referência à dificuldade de envolver e criar parcerias com as autoridades na Guiné-Bissau. Neste ponto, destacam-se os problemas já referidos com a Direção Geral das Alfândegas, mas também com a Secretaria de Estado das Comunidades ou as Direções Regionais das áreas setoriais relevantes para a implementação das iniciativas. De resto, os resultados das iniciativas e a própria motivação para fazer mais por parte da diáspora fica limitado pela ausência de apoio da administração pública a nível central e local. Começam a dar-se os primeiros passos no sentido de ter a Direção Geral das Comunidades como instituição governamental e coordenadora de uma política pública que trabalhe para reforçar o associativismo da diáspora e a sua ligação ao desenvolvimento na Guiné-Bissau. A esta luz cabe ressalvar o trabalho feito pelo governo da Guiné-Bissau, que com o apoio da OIM, desenvolveu a Estratégia Nacional de Engajamento da Diáspora (2021) em que, entre outros objetivos, se estabelece “Apoiar os Projetos de desenvolvimento local promovidos pela Diáspora”, através do seguinte leque de ações:

- Trabalhar com representantes da diáspora e da sociedade civil para promover a colaboração entre a diáspora e as organizações de desenvolvimento local, nomeadamente, apoiar a diáspora na implementação de projetos de desenvolvimento local;
- Promover a colaboração entre organizações da sociedade civil com sede em Bissau e organizações da diáspora;
- Incentivar, em parceria com os parceiros internacionais e da diáspora, os projetos e desenvolvimento local da diáspora e facilitar a sua execução na Guiné-Bissau;
- Realizar celebrações para apresentar projetos promovidos pela diáspora em benefício da comunidade local e premiar os mais impactantes;
- Promover as plataformas de investimento, nomeadamente as plataformas de *crowdfunding* que podem canalizar fundos da diáspora para investimentos e filantropia.

¹⁵ Segundo Sangreman et al. (2012) as associações em Portugal foram constituídas, em grande parte, na sequência da migração predominantemente laboral e menos qualificada das décadas de 1980 e 1990, enquanto as origens mais antigas da migração guineense para França permitiram já o envolvimento nas associações da terra natal francesas de gerações mais novas, socializadas em França e mais qualificadas. A recente assunção de responsabilidades diretivas por parte desta nova geração tem estado associada à manifestação de uma vontade de transformação das práticas adotadas, no sentido de uma maior formalização e “profissionalização” dos procedimentos.

Seria útil haver a integração do trabalho de reforço das capacidades das associações dos migrantes guineenses, mormente no que toca às suas iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau, nas estratégias das missões diplomáticas. A título de exemplo, poderia ser profícuo as organizações da diáspora usufruírem dos serviços do Instituto de Coordenação da Ação Não Governamental, mormente na orientação e apoio à sua constituição formal na Guiné-Bissau, no conhecimento sobre parceiros, oportunidades de financiamento e suporte à elaboração de projetos. É de assinalar que os emigrantes e as suas organizações representativas têm, em regra, dificuldades acrescidas no manuseamento burocrático entre as instituições do Estado, pelo que a informação deve ser clara e a prestação de serviços o mais célere possível aquando da sua deslocação e estadia na Guiné-Bissau.

Muito embora não seja um dos principais problemas referidos, há membros na diáspora que desejam uma maior colaboração das comunidades de origem, menor dependência e maior proatividade na identificação de soluções para as problemáticas de desenvolvimento. De facto, nas entrevistas à diáspora surgiu a sugestão da comunidade local comparticipar o financiamento da iniciativa, “uma vez que a diáspora não pode ficar encarregue de fazer tudo”. Nesse sentido, é de referir o bom exemplo de quem na Guiné-Bissau só avance na solicitação do apoio das organizações da diáspora depois de fazer esse trabalho preparatório, “dando primeiro um sinal do nosso contributo e só depois pedimos à diáspora”.

Não foram partilhadas dificuldades ao nível da mobilidade (decorrente da supressão de vistos a cidadãos com dupla nacionalidade ou pedidos de vistos com resposta positiva, quando necessário) de membros da diáspora para a Guiné-Bissau, aquando da organização de iniciativas de capacitação ou dos processos de monitoria da implementação das iniciativas.

Exemplo de Boa Prática de Planeamento

Organização Responsável: Associação de Filhos e Amigos de Dara

País da Diáspora: Alemanha, França, Senegal e Portugal

Destino na Guiné-Bissau: Gabú

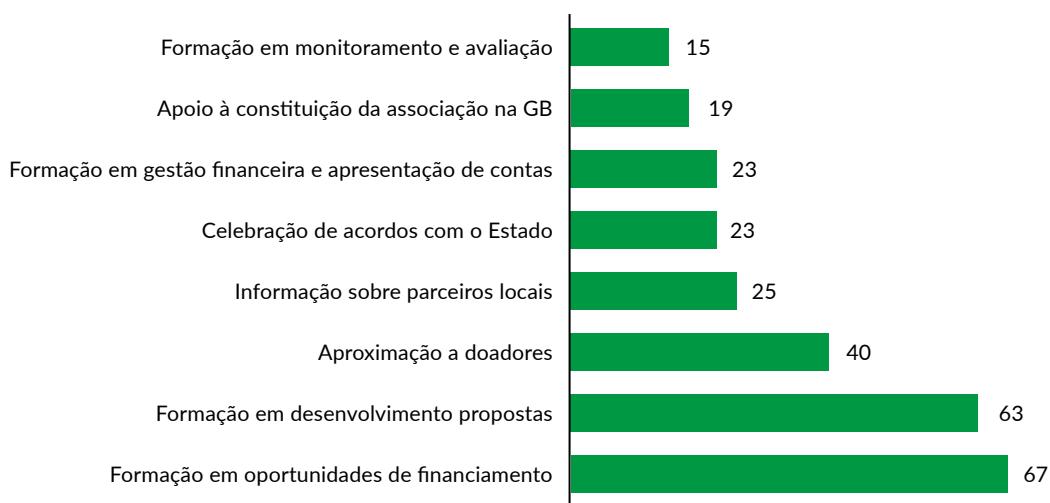
Descrição: Construção de um pavilhão de escola (1 sala de aula + 1 sala de professores) + compra de material escolar para os cerca de 400 alunos. Orçamentação da obra com apoio de um engenheiro + organização de trabalhadores na comunidade + comunicação direta com a diáspora para envio de financiamento + apresentação de contas (entradas dos donativos e compras dos materiais de construção)

QUAIS SÃO OS REFORÇOS SOLICITADOS

Às organizações da diáspora foi-lhes perguntado que tipo de reforços técnicos poderiam ser-lhes úteis para continuarem a exercer o seu papel de ator local de desenvolvimento na Guiné-Bissau.

Assim, e em linha com as dificuldades previamente identificadas pelas organizações, os reforços mais solicitados estão relacionados com o acesso ao financiamento, nomeadamente formação em oportunidades de financiamento, capacitação em desenvolvimento de propostas e aproximação a doadores. De facto, há um reconhecimento por parte dos dirigentes das organizações de que há uma necessidade clara de reforço das competências técnicas dos recursos humanos e de adaptação a uma linguagem mais próxima à da cooperação internacional. Saber mais sobre as linhas de financiamento disponíveis e seus requisitos, potenciais doadores, estratégias de contacto com financiadores e desenho de projetos são elementos fundamentais no aprofundamento do trabalho das organizações da diáspora.

Figura 15: Reforços Técnicos Identificados pelas e para as Organizações da Diáspora identificadas (%)



Fonte: Entrevistas semiestruturadas às organizações da diáspora, realizadas para o presente estudo.

Aparecendo como um segundo bloco de necessidades, surgem as solicitações de apoio relacionadas com as relações e parcerias com terceiros, mormente na identificação de parceiros locais e na celebração de acordos com o Estado. Neste ponto, os dados recolhidos parecem indicar a necessidade de “fazer a ponte” para a Guiné-Bissau, ou seja, de ter organizações que no terreno possam ser implementadoras ou facilitadoras das iniciativas da diáspora. Como visto anteriormente, as organizações da diáspora solicitam apoio na celebração de parcerias com o Estado guineense, quer com as instituições que podem intermediar e facilitar o contributo (nomeadamente, a Direção Geral do Plano, a Direção Geral das Comunidades e a Direção Geral das Alfândegas) como com as instituições públicas que tutelam os contributos ao desenvolvimento (designadamente a Direção Regional da Educação e do Plano). A informação sobre os procedimentos a seguir, os possíveis apoios ou isenções e a apropriação das iniciativas por parte do Estado são elementos a reforçar no elo de ligação entre a diáspora organizada em coletivos de cidadãos e cidadãs e o desenvolvimento do seu país de origem.

Refira-se, também, a necessidade de aprofundamento dos conhecimentos de gestão financeira e apresentação de contas. Quer o apoio à constituição da associação formal na Guiné-Bissau como a formação em monitoria e avaliação de resultados aparecem como os elementos menos solicitados pelas organizações da diáspora, muito embora sejam de extrema importância. A notar, a existência prévia da constituição formal da organização é um dos requisitos para a obtenção da declaração de parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e, na sua decorrência, poder usufruir de isenções fiscais nos bens doados. Por seu turno, sem colmatar uma das fragilidades das iniciativas de desenvolvimento – a pouca capacidade para planear e apresentar resultados, ajustando as atividades ao contexto evolutivo – será mais desafiante gerar a confiança de outros potenciais doadores e manter a credibilidade junto dos atuais associados e financiadores primários das iniciativas.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As **organizações da diáspora** que estão a contribuir para o desenvolvimento da Guiné-Bissau no espectro temporal em análise (2016-2021) estão sediadas numa panóplia de países, estando concentradas na Europa, muito particularmente em Portugal e França. Registam-se organizações também na Alemanha, Bélgica, Espanha, Itália, Luxemburgo, Reino Unido e Suíça. Mesmo comunidades emigradas com menores contingentes, como é o caso do Brasil e de Cabo Verde, também organizaram iniciativas que beneficiam as comunidades na Guiné-Bissau.

Este apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau tem como protagonistas organizações de vários tipos, destacando-se claramente as **organizações da terra natal**. Não existem iniciativas globais que aglomerem os membros da diáspora que estão dispersos. Por outro lado, à exceção de Cacheu e das Federações de organizações aí existentes, há pouca partilha de responsabilidade e recursos entre grupos da diáspora.

O grau de envolvimento das organizações da diáspora em prol do desenvolvimento do seu país varia significativamente de região para região, por força da importância e dimensão da emigração a nível comunitário. Destaca-se como região beneficiária Cacheu, seguindo-se Bafatá e Gabú. Contudo, importa referir que o contributo das organizações da diáspora é transversal a todas as regiões da Guiné-Bissau e Setor Autónomo de Bissau. Ou seja, mesmo territórios que têm registados índices de emigração muito baixos ou nulos, como é o caso de Bolama/Bijagós, estão a beneficiar da solidariedade e da iniciativa da diáspora organizada em coletivos.

As iniciativas de apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau das organizações da diáspora são discutidas e consensualizadas com as comunidades/entidades recetoras, através de debates junto da própria comunidade ou de conversações entre as organizações na diáspora e as organizações locais.

A identificação das prioridades tem recaído, sobretudo, sobre os setores da educação e da saúde. Cabe referir que se não contabilizássemos as múltiplas iniciativas de apoio ao combate dos efeitos nefastos da pandemia da Covid-19, poderia assumir-se ser o setor da educação o mais beneficiado (pelo menos em termos de número de iniciativas) pelo contributo das organizações da diáspora. Foram identificados diferentes tipos de iniciativas promovidas pelos migrantes que passam por construção de escolas, doação de material escolar, construção de centros de saúde, reforço com equipamento e material diverso. As organizações da diáspora trabalharam, também, bastante na segurança alimentar, sobretudo com a distribuição de bens alimentares de primeira necessidade a várias famílias e de forma transversal a todo o território nacional. Este é um ponto a sublinhar, já que sabemos que houve, pois, um cuidado particular com o bem-estar das famílias de não migrantes, sabendo-se que as remessas individuais dos emigrantes guineenses são utilizadas, sobretudo, na compra de bens alimentares (PNUD e OIM, 2020). São menores os exemplos de aumento das capacidades de membros das comunidades em horticultura e agricultura. O apoio a atividades comunitárias de geração de rendimentos é pontual e poderia ser alvo de uma aposta futura.

A forma como as organizações da diáspora contribuem para o desenvolvimento é, sobretudo, com a disponibilização de material. São vários, não obstante, os exemplos de organizações que contribuem construindo infraestruturas. A aposta por parte das organizações da diáspora tem recaído, por último, mas em menor grau, em iniciativas de capacitação. De facto, são poucos os exemplos de organizações da diáspora que têm capitalizado e transferido os conhecimentos e competências técnicas de emigrantes guineenses ou de outros profissionais por eles mobilizados para entidades/serviços públicos/comunidades na Guiné-Bissau. Tal pode dever-se ao facto de as organizações da diáspora se centrarem em iniciativas que resolvam as necessidades básicas da população, serem fruto da demanda da comunidade e serem visíveis aos olhos de todos.

A lógica do contributo da diáspora organizada num coletivo parece replicar o modelo de atuação de apoio dos emigrantes às suas famílias na origem, ou seja, o envio de remessas (quer financeiras ou em bens). **Parece, também, ser necessário reconhecer as qualificações que a diáspora tem e abrir caminho à mobilização das suas competências em áreas chave para o desenvolvimento** da Guiné-Bissau.

Os dados obtidos permitem constatar que as iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau têm ocorrido com recurso à celebração de parcerias, em que se destaca o papel das comunidades locais ou associações congénères à da diáspora como agentes de implementação. As Fundações e Organizações Não Governamentais nos países de residência da diáspora surgem, por seu turno, também como parceiros relevantes das organizações da diáspora – por exemplo, doando material ou facilitando o transporte de bens com os seus meios próprios para a Guiné-Bissau. Por contraste, as entidades públicas nos países de residência e na Guiné-Bissau não aparecem como parceiros fulcrais nestes contributos coletivos da diáspora. Importa realçar que o Estado da Guiné-Bissau é, de facto, segundo os números e os discursos dos dirigentes das organizações da diáspora um elemento que é potencialmente bastante relevante, mas que até, então, tem estado praticamente ausente. De resto, as entrevistas com as instituições públicas encarregues das comunidades emigradas, da planificação do desenvolvimento e da coordenação da ação não governamental revelam um desconhecimento generalizado sobre quem são e o que fazem as organizações da diáspora ativas no território da Guiné-Bissau. As organizações da diáspora não se apoiam nas instituições estatais na Guiné-Bissau nem recorrem às missões diplomáticas para realizar os seus contributos, não as considerando, geralmente, aptas ou disponíveis a apoiar. Por fim, são várias as organizações da diáspora a referir-se à difícil identificação e/ou disponibilidade de parceiros fidedignos na Guiné-Bissau.

Em termos de financiamento, as organizações da diáspora revelam uma sólida capacidade de constituição de uma base de recursos próprios para conduzirem as suas iniciativas de apoio ao desenvolvimento na Guiné-Bissau. Cerca de 6 em cada 10 iniciativas realiza-se com o financiamento próprio das organizações cujos montantes provêm, sobretudo, das quotas internas dos associados. Nos casos em que obtêm financiamento externo, a maioria das iniciativas é financiada por Fundações nos países de residência das organizações da diáspora. As autarquias revelam-se como o segundo financiador mais frequente. Note-se, uma vez mais, a ausência do Estado da Guiné-Bissau como agente facilitador do contributo das organizações da diáspora. Por um lado, o Estado poderia, através das suas representações diplomáticas, tornar visível o trabalho de muitas organizações da diáspora junto das instituições de cooperação dos respetivos países da diáspora e, por isso, apoiar o acesso a financiamento as mesmas. Por outro, o Estado poderia ser um cofinanciador das iniciativas das organizações da diáspora na Guiné-Bissau. Nesse sentido, seria profícua a criação de linhas de financiamento abertas e/ou dirigidas às organizações da diáspora.

Muito embora a **autonomia financeira** das organizações da diáspora lhes permita total independência na definição das prioridades da atuação no país de origem, sobre outra perspetiva, pode estar a condicionar a dimensão e alcance dos seus resultados (as organizações contam com poucos associados que paguem de forma contínua as suas quotas, devido às dificuldades socioeconómicas com que se deparam nos países de residência) e refletir a ausência de capacidade de captação de financiamento exterior. De facto, 7 em cada 10 iniciativas debate-se com o desafio de conseguir os fundos necessários para colmatar as necessidades de desenvolvimento identificadas nas comunidades na Guiné-Bissau. O acesso a financiamento por parte das organizações da diáspora é identificado pelas próprias como a principal dificuldade com que se deparam. Para tal, seria necessário disponibilizar linhas de financiamento para as iniciativas das organizações da diáspora, como visto, e, por outro, melhorar o seu grau de profissionalização para que desenvolvam propostas rigorosas e detalhadas e de demonstração dos resultados obtidos, para que se gere maior confiança num grupo mais alargado de potenciais financiadores (mesmo ao nível do contributo de indivíduos a título pessoal).

Os resultados alcançados pelas organizações da diáspora no seu trabalho de apoio ao desenvolvimento são diversos, refletindo a heterogeneidade das iniciativas. O reporte existente cinge-se, na grande maioria das situações, à verificação da ocorrência ou não das atividades previstas. A contabilização dos seus efeitos e do seu impacto é uma prática genericamente ausente nos procedimentos das organizações, exceto no caso das organizações não governamentais cujo nível de profissionalização requer a apresentação destes dados. Por sua vez, a tendência verificada é para não existirem ou não serem públicos os relatórios anuais de atividades, financeiros e de auditorias. Tal parece dever-se, por um lado, à falta de capacidade técnica para o fazer, tanto pela **inexistência de recursos humanos dedicados para o efeito e com os conhecimentos necessários para a sua quantificação e qualificação**, como pela não exigência aparente de prestação de contas por parte dos seus financiadores (na sua maioria sócios das organizações). Há que referir que se trata de **iniciativas na maioria dos casos implementadas por voluntários tanto no país da diáspora como na Guiné-Bissau e cuja preparação técnica parece precisar de um reforço claro nestas matérias**. Esta lacuna ao nível da monitorização e avaliação e reporte de resultados pode estar a contribuir para a **desconfiança por parte da diáspora no uso dos donativos, um aspeto referido em vários momentos pelos dirigentes das organizações**, o que também condiciona a angariação de financiamento junto dos emigrantes.

Muito embora ocorram problemas ao nível da planificação, orçamentação e sustentabilidade de algumas das iniciativas, também por força do fraco envolvimento das autoridades estatais quer na continuidade dos efeitos ao longo do tempo como na própria facilitação do seu contributo (havendo pouca informação prestada às organizações ou incentivos/isenções fiscais), o contributo das organizações da diáspora é fulcral para o bem-estar das populações beneficiadas, por estarem a cobrir necessidades básicas da população, nomeadamente ao nível da saúde, educação e acesso a água. Pode afirmar-se, por exemplo, que seriam muito mais as crianças sem acesso à escola se não houvesse o contributo das organizações da diáspora, que não só constroem ou reabilitam infraestruturas como cofinanciam o pagamento dos salários de professores. São reveladores deste apoio os depoimentos dos que nas comunidades na Guiné-Bissau reconhecem a “enorme ajuda” e “solução” que os coletivos da diáspora representam no alívio das suas dificuldades.

De resto, as organizações da diáspora estão a contribuir para localidades e com iniciativas não cobertas nem pelo Estado da Guiné-Bissau nem por outros agentes de desenvolvimento, como as organizações não governamentais. Este empenho é ainda mais louvável e revelador de uma vinculação identitária e afetiva notável relativamente ao seu país de origem sabendo-se que a maioria das organizações da diáspora não dispõe de pessoal permanente nem remunerado.

Relativamente às dificuldades, para além do acesso ao financiamento, importa referir os **enormes desafios que as organizações da diáspora têm enfrentado no desalfandegamento dos bens no porto de Bissau**. Para além de casos em que há **bens que desaparecem** dos contentores, é recorrente o **pagamento de quantias avultadas não previsto pelas organizações**. Há, pois, uma **enorme desinformação das organizações da diáspora relativamente ao processo de desalfandegamento dos contentores, também pelo facto do procedimento não ser devidamente explicado (“passo a passo”) pelo Estado**. Há muitas que desconhecem a possibilidade de obterem isenções fiscais por se tratar de um contributo solidário (mas, para tal é preciso estarem formalmente constituídas na Guiné-Bissau e terem uma declaração de parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Economia e do Plano) e que mesmo tendo a isenção fiscal há custos associados, ou seja, que o **processo não é gratuito por se tratar de um donativo**. Sugere-se criar e distribuir entre as organizações da diáspora panfletos com as explicações detalhadas dos processos de desalfandegamento de bens na Guiné-Bissau (como apresentado nas recomendações). Cabe, também, à Direção Geral das Comunidades, através do seu Gabinete de Apoio ao Emigrante, ter um papel mais proactivo na ligação, contacto, apoio e esclarecimento de dúvidas às organizações da diáspora.

Assim, e em linha com as dificuldades previamente identificadas pelas organizações, os **reforços mais solicitados estão relacionados com o acesso ao financiamento, nomeadamente formação em oportunidades de financiamento, capacitação em desenvolvimento de propostas e aproximação a doadores**. É por isso imperativo que as organizações sem fins lucrativos consigam **profissionalizar os seus modelos de governo** baseando-se em princípios como a equidade, a transparência, a responsabilidade e a prestação de contas, criando estruturas que permitam **estabelecer os seus objetivos e as formas de atingi-los e monitorizem a sua performance**.

Nesta linha da profissionalização (e até mesmo da capacitação na angariação de fundos) seria interessante trabalhar para uma **maior aproximação entre as organizações da diáspora e as ONG guineenses na Guiné-Bissau que dispõem de uma larga experiência de trabalho e gestão de projetos/fundos, numa perspetiva de aprendizagem entre pares e potenciação do estabelecimento de relações de parceria entre estes**.

Para que se **exponencie o atual e futuro contributo das organizações da diáspora para o desenvolvimento da Guiné-Bissau é essencial uma maior colaboração e facilitação deste processo por parte do Estado**. Isto significa haver uma forte vontade e compromissos políticos para entender o movimento associativo da diáspora como um dos parceiros do desenvolvimento e colocar mais meios que facilitem a sua atuação em território nacional.

Nesse sentido, e com base no diagnóstico previamente apresentado, eis um conjunto de recomendações de ações que contribuem para cinco grandes objetivos, expostos em baixo. As recomendações carecem de um destinatário específico por dois motivos principais: 1) é necessário analisar com os vários interlocutores que instituição está melhor posicionada para levar a cabo na prática as ações de melhoria; 2) dirigem-se a quem queira trabalhar esta temática de exponenciação do contributo das organizações da diáspora para o desenvolvimento da Guiné Bissau, podendo ser ONG (como o IMVF está a fazer), Nações Unidas, governo, fundações e/ou as próprias organizações da diáspora. Eis as cinco grandes áreas das recomendações:

- i) Aproximar o Estado das organizações da diáspora e fortalecer os laços de confiança, através de processos de consulta e de diálogo;
- ii) Gerar um ambiente propício ao contributo das organizações da diáspora, através de reformas institucionais no Estado e disponibilização de informação em vários meios e línguas;
- iii) Reforçar as capacidades das organizações da diáspora de aceder a financiamentos vários, identificar oportunidades, prestar contas, monitorar e divulgar resultados, através de ações contínuas de formação;
- iv) Exponenciar as parcerias múltiplas, nomeadamente entre as organizações da diáspora e agentes de desenvolvimento na Guiné-Bissau, através da identificação de contatos úteis entre si;
- v) Estimular a cooperação e coordenação entre as organizações da diáspora, através da realização de momentos de partilha de conhecimentos entre si.

Apresentando, agora, o leque de atividades em cada um destes grandes objetivos:

- **Aproximar o Estado das organizações da diáspora e fortalecer os laços de confiança, através de processos de consulta e de diálogo**
 - Continuar a identificar e consolidar o conhecimento sobre as organizações da diáspora em diferentes países e regiões no mundo (mapear as organizações, o seu campo de ação, capacidades financeiras, saberes técnicos e principais resultados) – fazer uma atualização do atual estudo e mapeamento dentro de 5 anos, utilizando as mesmas ferramentas de recolha de dados;
 - **Estabelecer um mecanismo de consulta regular com as organizações da diáspora** para identificar as necessidades e problemáticas com que se debatem, discutir as agendas e visões sobre o seu relacionamento com a Guiné-Bissau; acompanhar os apoios estatais concedidos e divulgar oportunidades/linhas de apoio técnico ou de financiamento existentes; com as organizações da diáspora identificadas pela rede diplomática e consular estabelecer reuniões virtuais sobre a alçada da Direção Geral das Comunidades trimestral ou semestralmente. Cada reunião poderia abordar um tópico específico de interesse para a diáspora, pelo que a consulta prévia às organizações da diáspora para definição da agenda faria já parte do processo de auscultação. Esta frequência e dinâmica de interconhecimento entre as partes interessadas é essencial para criar uma rede de trabalho e de confiança;

- Envolver a diáspora nos exercícios de formulação de políticas de desenvolvimento e de estratégias em setores chave da sua intervenção anterior (nomeadamente educação e saúde) – organizar reuniões virtuais com as organizações ou membros da diáspora peritos nas matérias em discussão nos planos e estratégias. As redes diplomáticas podem servir de ponto de concentração dos membros da diáspora para a realização da reunião ou serem criadas reuniões totalmente em formato virtual;
- Disponibilizar recursos humanos suficientes, aumentar a capacidade institucional, atribuir financiamento adequado e sustentável, para melhorar a coordenação e colaboração em todo o governo para se envolver com a diáspora.

- Gerar um ambiente propício ao contributo das organizações da diáspora, através de reformas institucionais no Estado e disponibilização de informação em vários meios e línguas
 - Informar a diáspora, de forma simples, sobre as funções e contactos dos departamentos governamentais que são úteis no seu trabalho de contributo solidário (nomeadamente Ministério das Finanças, Ministério da Economia e do Plano, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Instituto de Coordenação da Ação Não Governamental, Direções Regionais do Plano, da Saúde, da Educação, entre outros) – criar folhetos informativos sobre cada um destes organismos (idealmente traduzidos também para inglês e francês) e divulgar através dos emails, redes sociais, missões diplomáticas da Guiné-Bissau;
 - Fortalecer o papel das missões diplomáticas e capacitar o pessoal diplomático para desempenhar um papel de interface com as organizações da diáspora – criar um pacote de formação e/ou informação sobre como podem apoiar as organizações da diáspora e a que instituições as devem encaminhar na Guiné-Bissau conforme os assuntos; designar um ponto focal em cada embaixada para o trabalho associativo e de aproximação e conhecimento das organizações da diáspora;
 - Garantir a previsibilidade e transparência dos procedimentos administrativos e simplificar o processo administrativo de travessia da alfândega com bens provindos do exterior, reduzindo a arbitrariedade e os tempos de espera e, idealmente, isentando as organizações da diáspora do pagamento de taxas alfandegárias sempre que os bens não tenham fins comerciais¹⁶ - publicar um folheto informativo sobre os dispositivos legais e os procedimentos passo a passo, bem como uma linha de contacto para atendimento de dúvidas e de apoio à resolução de incidentes;
 - Informar a diáspora, através de diferentes canais (brochuras, redes sociais das organizações, websites), de forma clara e com um passo-a-passo, sobre o processo de desalfandegamento dos bens no porto de Bissau;
 - Simplificar os procedimentos de registo de pessoas coletivas sem fins lucrativos na Guiné-Bissau, bem como disponibilizar uma brochura informativa com a explicação dos passos para vencer a burocracia;

¹⁶ Já havia sido recomendado num estudo anterior (Sangreman et al., 2012).

- Criar um banco de projetos a ser suportado (também) pelas organizações da diáspora, também numa lógica de descentralizar no território o contributo da emigração – criar uma plataforma virtual de *fundraising* em que cada projeto na Guiné-Bissau esteja apresentado e com uma solução tecnológica que permita a doação direta de fundos por parte da diáspora. Há organizações e vários membros da diáspora que já contribuem para organizações da sociedade civil – outras poderiam fazê-lo se houver maior divulgação de informação acerca de quem faz, onde faz e como faz;
 - Reconhecer as realizações de indivíduos e organizações da diáspora através de prémios (como comprometido na Estratégia de Engajamento da Diáspora). Estas iniciativas podem contribuir não só para construir confiança, mas também para identificar membros da diáspora que têm o potencial e o desejo de contribuir através de investimento, transferência de competências, ou outros meios.
-
- **Reforçar as capacidades das organizações da diáspora de aceder a financiamentos vários, identificar oportunidades, prestar contas, monitorar e divulgar resultados, através de ações contínuas de formação**
 - Desenvolver um **pacote de formação específico** para as organizações da diáspora guineense, com a possibilidade de ser em formato virtual, com base num diagnóstico de necessidades prévio. Essa formação deveria conter uma parte teórica e uma parte de simulação prática com exercícios (designadamente em grupo e entre organizações da diáspora). Poderia **designar-se um mentor para cada organização que acompanhasse o trabalho no terreno**. Para além do pacote com os conteúdos essenciais poderiam organizar-se sessões específicas com a participação de peritos nomeadamente em *crowdfunding*;
 - Apoiar a definição clara de **responsabilidades e tarefas** e disponibilidade de recursos humanos com as qualificações e experiências necessárias;
 - Investir no desenvolvimento de competências, nomeadamente ao nível do planeamento, orçamentação, contabilidade e gestão de fundos;
 - Dedicar horas de formação à **elaboração de projetos e à divulgação de linhas de financiamento** existentes e respetivos requisitos das candidaturas;
 - Apostar em ações sobre **monitorização e avaliação**, com recurso a análises quantitativas e qualitativas que permitam corrigir trajetórias em curso e formular futuras iniciativas;
 - **Potenciar a transferência de competências** nas iniciativas de desenvolvimento das organizações da diáspora, mapeando a bolsa de qualificações na diáspora e as necessidades de formação nos setores-chave do desenvolvimento¹⁷;
 - Familiarizar as organizações da diáspora com um leque diversificado de fontes de financiamento e **fornecer orientações sobre como estabelecer mecanismos de angariação de fundos** bem-sucedidos e oportunidades de acesso para diversificar fontes de financiamento (utilizando, por exemplo, o *Fundraising Toolkit for Diaspora Organizations*¹⁸). Destacam-se os sistemas inovadores como o financiamento de projetos através de plataformas *online*, seja a título de microcrédito ou doações (*crowdfunding*¹⁹);

¹⁷ Numa lógica de encontrar formas de identificar, captar e utilizar, de forma sustentável, a panóplia de conhecimentos, competências, capacidades técnicas, científicas, culturais, empresariais, financeiras e políticas, ideias e redes de contacto que os guineenses emigrados representam no reforço das capacidades institucionais e no empoderamento das pessoas na Guiné-Bissau.

¹⁸ [Fundraising Toolkit for Diaspora Organizations | iDiaspora](#). Mais informação útil às organizações da diáspora em [Intro to Finding Grants for Diaspora Organizations | iDiaspora](#).

¹⁹ Como, por exemplo, a iniciativa do *landa Guiné!* para captação de fundos da diáspora - <https://diasporagb.org/apoiar/>.

- Melhorar a governação interna e o funcionamento das organizações, através do fomento à sua legalização, formação dos órgãos sociais, elaboração de planos estratégicos, redação e publicação dos estatutos, organização de assembleias gerais).
- Exponenciar as parcerias múltiplas, nomeadamente entre as organizações da diáspora e os agentes de desenvolvimento na Guiné-Bissau, através da identificação de contactos úteis e conhecimento entre si
 - Alimentar um banco de dados público sobre as iniciativas das organizações da diáspora na Guiné-Bissau, por forma a divulgar o que estão a fazer e facilitar a identificação de parcerias, dando continuidade a esta componente realizada pelo projeto *landa Guiné! Djuntu* do IMVF;
 - Identificar parceiros, nomeadamente organizações da sociedade civil nacionais e estrangeiras com experiência nos eixos de atuação em que as organizações da diáspora estão (ou venham) a intervir.
- Estimular a cooperação e coordenação entre as organizações da diáspora, através da realização de momentos de contacto e de partilha de conhecimentos entre si
 - Criar mecanismos, mormente a realização de conferências com recurso às tecnologias de informação e comunicação ou encontros presenciais, para colocar em diálogo, entre si, as organizações da diáspora com vista ao mútuo conhecimento, à troca de experiências e à mobilização de parcerias e intercâmbios, dando continuidade ao projeto *landa Guiné! Djuntu* do IMVF;
 - Organizar sessões de formação em que diferentes organizações da diáspora são as entidades formadoras para apresentar o seu trabalho, bem como trocar experiências e lições aprendidas entre as organizações da diáspora;
 - Apoiar o esforço de constituição e consolidação de estruturas federativas das organizações da diáspora ou ações conjuntas de organizações com vista a aumentar a capacidade de as comunidades fazerem ouvir a sua voz junto dos interlocutores oficiais e alcançar ganhos de eficiência ao nível dos projetos desenvolvidos – identificar que organizações têm interesse em congregar-se através de consultas diretas às próprias; definir o mandato e responsabilidades da federação; escrever os seus estatutos e apoiar os primeiros passos da sua dinamização (organização de atividades concretas e desenho de um plano de ação).

BIBLIOGRAFIA

Carreiro, M. (2007). Contributos para o Estudo do Transnacionalismo Migrante: O Caso das Associações de Migrantes Guineenses em Portugal. Dissertação de Mestrado. Lisboa. ISCTE. Disponível em [Microsoft Word - CIES-WP26_Carreiro_.doc \(iscte-iul.pt\)](#)

Carreiro, M. e Sangreman, C. (2011). *Arquitectos de um Espaço Transnacional Lusófono – A Diáspora Guineense em Portugal*. Lisboa. Fundação Portugal África

Có, J. (2004), "As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense". SOCIUS Working Papers nº 12/2004. Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em [Microsoft Word - Wp 12 04 1.doc \(ulisboa.pt\)](#)

Costa, B. (2016), Diáspora Guineense como Agente de Desenvolvimento Local: O papel das Associações Guineenses em Portugal nos Projetos de Cooperação e Desenvolvimento na Guiné-Bissau. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos de Desenvolvimento. Lisboa. ISCTE-IUL. Disponível em [Tese Completa.pdf \(iscte-iul.pt\)](#)

Governo da Guiné-Bissau (2015), Guiné-Bissau 2025: Plano Estratégico e Operacional 2015-2020 "Terra Ranka". Bissau.

OIM (2019), *Cartografia da Diáspora. Perfil Sociodemográfico das Diásporas da Gâmbia, Guiné e Guiné-Bissau em Itália*. Roma. OIM.

OIM (2020), "Estruturas da Diáspora Guineense em Portugal. Perfil Sociodemográfico da Diáspora da Guiné-Bissau em Portugal". Lisboa. OIM.

OIM (2020a), *Perfil Migratório da Guiné-Bissau*. Bissau. OIM.

PNUD e OIM (por publicar). Estudo sobre as Remessas enviadas pela Diáspora Guineense para a Guiné-Bissau.

Sangreman, C., Estêvão, J., Abreu, A., Carreiro, M., Sousa, F. (2012). Avaliação do Potencial de Desenvolvimento da Diáspora da Guiné-Bissau em Portugal e França. Lisboa. OIM. Disponível em [\(PDF\) Avaliação do Potencial de Desenvolvimento da Diáspora da Guiné-Bissau em Portugal e França | Carlos Sangreman, Alexandre Abreu, and João Estevão - Academia.edu](#)

Quintino, M. (2010) "Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta" in HORTA, Ana Paula Beja (org.), Revista Migrações - Número Temático Associativismo Imigrante, Abril 2010, n.º 6. Lisboa. ACIDI. Disponível em https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/Migracoes7_PT.pdf/986c0d99-9415-44db-9326-f49cc9b37ad4

ANEXOS

Guião das Entrevistas Semiestruturadas aos Informantes-Chave na Guiné-Bissau

- Instituição
- Nome e cargo da pessoa entrevistada
- Contacto da pessoa entrevistada

1. Qual é o âmbito de colaboração da sua instituição/organização com as organizações da diáspora?

2. Que iniciativas das organizações da diáspora conhece que tenham intervenção no desenvolvimento local ou nacional da Guiné-Bissau (de 2016 a 2021)?

Iniciativa Zona geográfica da intervenção na Guiné-Bissau Nome e Contacto da Organização da diáspora Nome da Organização parceira na Guiné-Bissau Contacto na Guiné-Bissau
--

3. Que balanço faz do contributo das organizações da diáspora?

4. Na sua opinião, quais são as principais mais valias das organizações da diáspora no desenvolvimento comunitário/nacional?

5. Quais são os principais obstáculos à intervenção e contributo por parte das organizações da diáspora?

6. Como poderiam ser ultrapassados esses obstáculos?

7. Considera que há algumas práticas por parte das organizações da diáspora que possam ser melhoradas para incrementar o impacto das intervenções?

8. Quais as políticas estatais de fomento ao contributo do associativismo da diáspora para o desenvolvimento da Guiné-Bissau? Alguma recomendação futura?

Guião das Entrevistas Semiestruturadas aos Pontos Focais na Guiné-Bissau das Organizações da Diáspora

1. Quais são as iniciativas de que têm conhecimento feitas pelas ou com o apoio das organizações da diáspora entre 2016 e 2021?
2. Por quem e como é que são identificadas as necessidades locais?
3. O setor e áreas de trabalho dessas iniciativas correspondem às principais necessidades?
4. Têm-se formado parcerias com associações locais para implementar essas iniciativas? Como avalia esse trabalho de colaboração?
5. Quais são os resultados dessas iniciativas?
6. Os resultados são sustentáveis?
7. Quais são as principais dificuldades na implementação das iniciativas?
8. O que poderia ser feito/ que medidas concretas é que resolveriam esses problemas?
9. O que é que o Estado guineense poderia fazer para ajudar a maximizar o impacto desses projetos e iniciativas?

Guião das Entrevistas Semiestruturadas às Organizações da Diáspora

1. Nome da Organização/Sigla:

2. Tipo de Organização:

- Associação Mista
- ONG
- Associação Juvenil
- Associação de Mulheres
- Associação de Naturais e filhos de...
- Rede
- Federação
- Outra – Especificar

3. Ano de criação da Organização:

4. A Organização é legalizada no país de residência? Não/ Sim. Ano de legalização:

5. País:

6. Endereço:

7. Telefone:

8. *Email*:

9. *Site*:

10. Redes Sociais:

11. Nome do Responsável:

12. Telefone:

13. *Email*:

Iniciativa 1 de Intervenção na Guiné-Bissau (entre 2016 e 2021)

14. Região e Setor de Intervenção:

15. Tabanca/Bairro de Intervenção:

16. Área de intervenção: Rural /Urbana

17. Período de Implementação:

18. Parceiros Principais: ONG no país de residência / ONG na GB /Organizações internacionais / Entidade pública no país de residência / Entidade pública na GB / Setor privado / Outro. Especificar: _____

19. Fonte de Financiamento Principal:

- Financiamento externo. Especificar: Setor privado / Agências de cooperação / Nações Unidas / UE / Câmaras municipais nos países da diáspora / Fundações / ONGs ou outros do setor social
- Financiamento interno dos associados
- Doações de cidadãos
- Nenhum financiamento

20. Fonte de Financiamento Secundária:

- Financiamento externo. Especificar: Setor privado / Agências de cooperação / Nações Unidas / UE / Câmaras municipais nos países da diáspora / Fundações / ONG ou outros do setor social
- Financiamento interno dos associados
- Doações de cidadãos
- Nenhum financiamento

21. Montante total da Iniciativa (assinalar a moeda utilizada):

22. % de Fundos Próprios da Iniciativa:

23. Número de Beneficiários Diretos:

24. Público-alvo:

25. Quais são os Objetivos da Iniciativa?

26. Área de Intervenção Principal (escolher no máximo duas):

- Educação e Formação
- Género
- Migração e Diáspora
- Saúde
- Segurança Alimentar
- Comunicação Social
- Justiça e Segurança
- Direitos Humanos
- Direitos Laborais
- Cultura
- Ambiente, Água e Saneamento
- Energia
- Desporto
- Ciência
- Juventude
- Atividades Geradoras de Rendimento
- Microfinanças
- Políticas Públicas

27. Área de Intervenção Secundária (escolher uma apenas):

- Educação e Formação
- Género
- Migração e Diáspora
- Saúde
- Segurança Alimentar
- Comunicação Social
- Justiça e Segurança
- Direitos Humanos
- Direitos Laborais
- Cultura
- Ambiente, Água e Saneamento
- Energia
- Desporto
- Ciência
- Juventude
- Atividades Geradoras de Rendimento
- Microfinanças
- Políticas Públicas

28. Em que consiste a iniciativa da associação?

28.1. Com base na resposta anterior, assinalar a Finalidade da Intervenção:

- Construção de Infraestruturas ou Serviços. Especificar: Jardim de Infância/ Escola primária /Escola básica/ Escola secundária/ Poço /Centro de Saúde /Pavilhão Desportivo/ Outro Espaço de Uso Comunitário /Outro. Especificar _____
- Reforço de Infraestruturas ou Serviços. Especificar: Jardim de Infância/ Escola primária /Escola básica/ Escola secundária/ Poço /Centro de Saúde /Pavilhão Desportivo/ Outro Espaço de Uso Comunitário /Outro. Especificar _____
- Fomento de Atividades Geradores de Rendimento.
- Fomento de Atividades Culturais ou de Tempos Livres
- Sensibilização/Advocacia da comunidade para assuntos-chave.

29. Como é que a iniciativa apoiou o desenvolvimento da Guiné-Bissau?

29.1. Com base na resposta anterior, assinalar a Modalidade de Apoio:

- Envio de Materiais. Especificar: Material escolar / Medicamentos / Equipamentos / Vestuário e calçado / Material lúdico/ Outro. Especificar _____
- Envio de montantes em dinheiro
- Envio de Profissionais. Especificar: Professores, Médicos, outros. Quais?
- Outro. Especificar: _____

30. Quais foram os Resultados Alcançados (quantificação)?

Resultado 1

Resultado 2

Resultado 3

31. Quais foram as principais dificuldades na implementação? _____

31.1. Com base na resposta anterior, assinalar as Principais Dificuldades na Implementação (listar as 3 mais relevantes):

- Não ter personalidade jurídica na Guiné-Bissau
- Identificar as necessidades na comunidade/bairro
- Angariar o financiamento necessário
- Não haver conhecimento técnico especializado sobre a área de intervenção por parte dos membros da Organização
- Encontrar um parceiro local da sociedade civil na Guiné-Bissau adequado
- Encontrar um parceiro local do setor privado na Guiné-Bissau adequado
- Colabora com as organizações de base na Guiné-Bissau, utilizadas na prestação de serviços e na organização dos beneficiários
- Gerir os conflitos emergentes no seio da comunidade(s) na Guiné-Bissau
- Mobilizar voluntários na diáspora
- Mobilizar voluntários no seio da comunidade (s) na Guiné-Bissau
- Colaborar ou envolver das autoridades estatais da tutela na Guiné-Bissau
- Desalfandegar os bens/materiais enviados na Guiné-Bissau
- Obter os vistos para entrada de voluntários/profissionais na Guiné-Bissau

32. Como é que a sua associação poderia ser apoiada em ações futuras?

32.1. Com base na resposta anterior, assinalar os principais reforços necessários em ações futuras (listar as 3 mais relevantes):

- Apoio na constituição de associação na Guiné-Bissau
- Formação sobre oportunidades de financiamento
- Apoio na aproximação e estabelecimento de relação com doadores
- Formação para apresentação de propostas de projetos a doadores
- Formação sobre monitoramento e avaliação de resultados
- Formação sobre gestão financeira e apresentação de contas
- Informação sobre as instituições de apoio estatais
- Informação sobre parceiros de implementação local
- Celebração de acordos com entidades estatais

LISTA DAS PESSOAS ENTREVISTADAS PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO

ORGANIZAÇÕES NA GUINÉ-BISSAU

1. Salomé Allouche - Secretária de Estado das Comunidades da Guiné-Bissau, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
2. Braima Mane - Diretor Geral das Comunidades, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
3. Flávio Pedro Sá - Diretor de Serviço, Direção de Serviço de Apoio ao Emigrante, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades
4. Elisa Pinto - Diretora Geral, Instituto de Coordenação da Ajuda Não Governamental
5. Eduardo Seco Nhaga - Assistente Técnico, Instituto de Coordenação da Ajuda Não Governamental
6. Fode Sanha – Presidente, Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento da Guiné-Bissau
7. Issa Jandi – Diretor Geral do Plano, Ministério da Economia, Plano e Integração Regional
8. Edson Maciste Sousa Soares - Diretor Serviço Anti-Fraude, Direção Geral das Alfândegas
9. Gregório Embana - Diretor de Serviços Técnicos, Direção Geral das Alfândegas
10. Cristina Mango - Técnica aduaneira do Cartório, Direção Geral das Alfândegas
11. Aerton Djompi - Técnico aduaneiro do Cartório, Direção Geral das Alfândegas
12. Carlos Barbosa de Andrade - Ex-Diretor Geral das Alfândegas, Ministério das Finanças
13. Marisa Delgado Barbosa - Técnica do Gabinete do Ministro das Finanças e membro da Comissão de Isenções
14. Adulai Sanhã - Despachante Oficial
15. Iafai Sani - Deputado da Assembleia Nacional pelo Círculo da Diáspora
16. Paula Leite – Gestora de Programas, Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau
17. David Lamine Fati – Coordenador de Projeto, Organização Internacional para as Migrações
18. Clemento Mendes – Assistente de Projeto, Organização Internacional para as Migrações

BAFATÁ

19. Adama Seide - Delegado Regional de Educação
20. Armindo Comando Sanha – Delegado Regional de Saúde
21. Braima Darame - Presidente, Movimento da Sociedade Civil
22. Jose Aladje Balde – Vice-Presidente, Associação dos Naturais e Amigos da Região de Bafatá
23. Mamadu Fati – Membro, Associação dos Filhos e Amigos para o Desenvolvimento Integrado da Região de Bafatá
24. Idrissa Djalo – Presidente, Associação dos Filhos e Amigos para o Desenvolvimento Integrado da Região de Bafatá
25. Sadja Camara - Membro, Associação de Filhos e Amigos de Contuboel
26. Issa Balde - Membro, Associação de Filhos e Amigos de Contuboel
27. Bunca Djau - Membro, Bafata Terra Sabi
28. Braima Embalo – Membro, Bafata No Coraçon
29. Mamcani Fati – Membro, Associação de Filhos e Amigos de Djabicunda
30. Bubacar Jalo – Membro, Community Support
31. Sadja Darame – Membro, Bafata Nha Terra
32. Ibraima Sumase – Membro, Sumpou do Khati
33. Mamadu Alfa Djalo – Membro, Associação Filhos Unidos de Patisude

BIOMBO

34. Nino Vieira Té - Delegado Regional de Educação
35. Negue Bangurá - Adjunto do Delegado Regional de Saúde
36. Germana Gomes - Delegada Regional do Plano
37. Joãozinho Nanque - Membro, Futebol Clube de Safim
38. Nicxon da Silva - Membro, Prabis na Corçon
39. Mário Bai Indi - Centro de Saúde de Bigimita
40. Filipa de Lencastre da Silva Comba - Enfermeira no Centro de Saúde de Bigimita
41. Malam da Costa - Membro, Centro de tratamento mental Desafio Jovem - N'DELUGAN
42. Felizberto Bernardo da Silva - Ponto focal na Guiné-Bissau, Associação de Filhos e Amigos de Prabis

BOLAMA/BIJAGÓS

43. Biussum Nadjé - Delegado Regional de Educação de Bubaque
44. José Nakutóh - Diretor Sub-regional de Saúde de Bubaque
45. Ivone Oliveira Sanca - Presidente, Associação Feminina dos Bijagós
46. Dionísio Gomes - Ponto Focal, Associação Servir Outra Gente com Amor
47. Herculano Preto da Silva - Vice-coordenador, Associação TEBANKI
48. Mussa Balde - Vice-presidente, Associação Humanitária de Jovens Unidos para o Desenvolvimento da Ilha de Bubaque
49. Ertumilo Alves Tepanhe - Vice-presidente, Associação Coletivo de Jovens Voluntários
50. Vítor Queba Sintra - Presidente, Associação de Jovens Unidos de Desenvolvimento para a Ilha de Canhabaque
51. Inês Isidoro Alves - Ponto Focal, Associação das Mulheres Horticultoras Ambientalistas da Ilha de Orango Grande
52. Luis Ie - 2º Vogal, Movimento da Sociedade Civil
53. Lassana Djassi - Imame Principal, Mesquita de Bubaque
54. Sete Gomes Ie - Pastor, Igreja Evangélica

CACHEU

55. Ernesto Mendes - Diretor Regional de Educação de Cacheu
56. Herculano Biaguê - Administrador Regional de Saúde
57. Carlos Alberto Dacona - Enfermeiro-chefe, Hospital Regional de Canchungo
58. Braima Camará - Presidente, Associação dos Filhos e Amigos de Bigene Unida
59. Herikson Oliveira Sampa - Coordenador na Guiné-Bissau, Associação de Jovens Unidos de Bula na Diáspora
60. Bagaque Mendes - Membro, Associação Para o Desenvolvimento de Cabienque
61. Manuel Nhabo - Membro, Associação dos Filhos e Amigos de Canhobe
62. Mamu Mendes - Vice-Presidente da Assembleia, Associação Balole
63. Benedito Gomes - Secretário, Associação de Filhos e Amigos de Canchungo
64. Assane Coly - Coordenador em Canchungo, Grupo de Investigação e de Realização para o Desenvolvimento Rural
65. Vicente Cachia - Presidente, Associação dos Filhos e Amigos de Tame
66. Nelson Mamadu - Membro, Associação dos Filhos e Amigos de Batucar
67. Neio Joaquim Namuã - Vice-Presidente da delegação de Bissau, Associação dos Filhos e Amigos de Batucar
68. Tiago Seide - Presidente, Associação Onenoral dos Filhos e Amigos da Secção de Suzana
69. Infali Donque - Presidente, Associação dos Filhos e Amigos do Pelundo
70. Ricardo Gomes - Presidente, Associação dos Filhos e Amigos de Bara Mama

71. Igidio Pereira – Presidente, Federação das Associações e Amigos do Sector de Calequisse na Guiné-Bissau
72. Cristiano Afonso Ajupesilha – Membro, APPRENDA
73. Fernando Gomes - Ponto focal na Guiné-Bissau, APPRENDA
74. Labi Mendes – Presidente, Associação de Filhos e Amigos de Binhante

GABÚ

75. Amadu Balde - Delegado Regional do Plano
76. Malam Opa Djaura – Delegado Regional de Educação
77. Iamta Naijna - Delegado Regional de Saúde
78. Dinis Mamadja Djalo – Membro, Associação de Solidariedade dos Filhos e Amigos da Região de Gabú
79. Sori Sidibé – Membro, Associação dos Filhos e Amigos de Pitche em Hamburgo
80. Umaro Mama Embalo – Membro, Associação dos Filhos e Amigos da Secção de Dara
81. Alfa Balde – Membro, Associação dos Filhos e Amigos da Secção de Dara
82. Papa Barbosa – Membro, Associação dos filhos e amigos de Sector de Sonaco na Diáspora
83. Caetano Barbosa – Representante, Associação dos filhos amigos de Sector de Sonaco na Diáspora
84. Odete Aua Sy – Membro, Community Support
85. Francisco Ansumane Mane – Membro, Associação Alcausara
86. Amadu Fofona - Membro, Associação dos Filhos e Amigos de Gadha Cuntimbo
87. Ussumane Baldé - Membro, Aliança Unida dos Filhos de Mafanco na Diáspora
88. Coreiano Braima Djau – Membro, Associação de Filhos e Amigos do Sector de Pirada

OIO

89. João de Deus Rodrigues da Fonseca - Delegado Regional da Educação Oio, Farim
90. Aliu Wague – Presidente, Associação de Filhos e Amigos de Nhacra Unidos
91. Ricardinho Quemo Imbadji – Membro, Associação de Filhos e Amigos de Mansoa na Diáspora
92. Adulai Seidi – Membro, Associação Filhos e Amigos de Demba-Só
93. Justino Alexandre Lopes – Membro, Associação Bafumba Megssa Encheia
94. Sama Sanhá – Presidente, Rede das Associações dos Filhos e Amigos de Farim
95. Malam Fati – Presidente, Associação de Homens e das Mulheres da Atividade Económica do Sector de Farim

SAB

96. Gimael Gaspar Rodrigues - Diretor Regional de Educação
97. Beto Gomes Lopes Embassa - Diretor Geral do Ensino Básico Unificado
98. Raina Moura N’Teck Danfa - Diretora do Departamento de Desenvolvimento, Direção Geral do Plano e Estatísticas
99. Júlio João dos Santos - Diretor Regional de Saúde
100. Mussa Sisse – Contabilista, Associação Guineense de Reabilitação e Integração dos Cegos
101. Arafan Sandé - Responsável de Recursos Humanos/Coordenador do Ninho de Criança
102. Saturnino de Oliveira – Membro, Tadja Fome
103. Aladji Indjai - Membro, Associação de Jovens de Amedalai

QUINARA

104. Valia Silla Correia - Delegada do Plano e Estatística de Quinara
105. Mário Mussa Cassama – Delegado de Educação de Quinara
106. Patrício Sanha - Delegado Regional de Saúde de Quinara
107. Amarildo Júlio Pereira - Ex-responsável da área sanitária de Tite, Hospital de Tite
108. Agostinho Quimbanda - Secretário Administrativo e administrador interino, Administração do Sector de Buba
109. Aruna Cunate – Administração de Buba
110. Justo Braima Camará – Presidente, Movimento Regional de Sociedade Civil
111. Abu Mane – Vice-Presidente, Movimento Regional de Sociedade Civil
112. Alanso Fati – Presidente, Associação para-ka-tem
113. Carlos Aliu Cande – Presidente, Associação para o Desenvolvimento Sustentável
114. Suleimane Indjai – Presidente, KAMBENDU - Ga Ture
115. Lassana Mane – Presidente, Associação dos Filhos e Amigos da Secção de Bacar Conte
116. Secuna Biai – Primeiro Secretário, AFAN NAFA SOBIA -Ntughane
117. Rui Te – Presidente, No Djunta Mon – Madina de baixo
118. Binhere Dabo – Presidente, NAFI – Fulacunda
119. Domingos Bedamatcha – Coordenador da Ação na Guiné-Bissau, Associação Multicultural para o Desenvolvimento
120. Domingos Bedamatcha – Presidente, Associação de Filhos e Amigos de Tite

TOMBALI

121. Albino Kabi – Diretor do Centro de Saúde de Quebo, Tombali

ORGANIZAÇÕES NA DIÁSPORA

ALEMANHA

1. Mali Seidi – Presidente, Associação de Filhos e Amigos da Secção de Dara
2. Mali Seidi – Presidente, Associação Sector de Pitche
3. Saliha Sanca – Presidente, No Lanta Djuntu

BÉLGICA

4. Djabu Mané – Presidente, Action Multiculturelle pour le Developpement de Quinara
5. Nina Horta – Presidente, Bantaba de Esperança

BRASIL

6. Braima Mané - Coordenador adjunto, Vencer a Covid-19 em Todas as Frentes
7. Nkanande Ka – Presidente, Associação dos Estudantes da Guiné-Bissau no Estado do Ceará
8. Maurício Wilson – Responsável pelas Relações exteriores, Associação dos Estudantes e Comunidade Guineense no Estado do Rio de Janeiro
9. Seco Caramó – Presidente, Fórum dos Guineenses em São Francisco do Conde/Bahia
10. Apolinário Da Silva – Presidente, Organização Koinonia dos Imigrantes e Refugiados (OKOIER)
11. Sumbunhe N'fanda - Presidente, Projeto Escolar "Tabanka di Sintcham"/PETS

CABO VERDE

12. Idrissa Djoló – Presidente, Bafatá XXI

ESPAÑHA

13. Bala Joaquim Namoa - Coordenador Geral, Associação de Filhos de Batucar
14. Guelage Gano - Presidente, Association Cultural Coletivo de los Emigrantes de las Islas Canarias

FRANÇA

15. Cacarné Dadioucoumé – Presidente, APPRENDA
16. Mama Gomes – Presidente, Association Culturelle et d'Entraide Binhante
17. Bernard Sylva – Presidente, Association Avenir Kadjindiassa
18. Louis Sylva – Presidente, Comité de Soutien Place Petabe
19. Eleonore Gomis – Presidente, Association Djukanin Mandjaku
20. Ana Mendes Correia – Presidente, Associação Baboque/ Associação de Amigos de Canchungo

ITÁLIA

21. Intunda Na Montche – Presidente, Sol Mansi Onlus

LUXEMBURGO

22. Iero Balde – Presidente, Associação Gastronomia de Guiné - servisse Luxemburgo
23. Genabu Djaló – Presidente, Associação Coração de Guiné-Bissau
24. Fernando Mendes - Presidente, Association Guineenne de Cabienque au Luxembourg

PORTUGAL

25. Mamadu Lamine - Representante, Associação de Filhos e Amigos de Djabicunda
26. Pate Cabral – Presidente, Associação de Amizade Matosinhos/Mansoa
27. Manuel da Costa Mendes – Presidente, União das Associações de Baboque
28. Vensã Mendes – Presidente, Associação dos Filhos e Amigos do Tchantum
29. Vensã Mendes – Presidente, Federações das Associações de Calequisse
30. Vensã Mendes – Secretário da Direção, Associação dos Filhos e Amigos de Bassarel
31. Joaquim Pereira – Presidente, Associação de Filhos e Amigos de Bachil
32. Nicandro Iê – Presidente, Associação de Estudantes Guineenses em Lisboa
33. Soares Parente – Presidente, Casa da Guiné
34. Bubacar Djalo – Responsável, Bafata Terra Sabi
35. Messias Djo – Presidente, Associação de Filhos e Amigos de Prabis na Guiné-Bissau
36. Domingos da Silva – Presidente, Associação Balole
37. Diamantino Carlos Indi - Presidente, Associação Jovens Unidos de Bula
38. Filinto Mendes – Secretário-geral, Associação de Filhos de Bara Mama
39. Seco Fati – Presidente, Associação de Filhos e Amigos de Gabú
40. Eduardo Jalo – Presidente, Associação de Filhos e Amigos de Farim Comuns
41. Ussumane Mandjam – Tesoureiro, Associação de Filhos e Amigos de Farim Comuns
42. Julinho Cá – Membro fundador, Associação de Filhos e Amigos de Bigimita
43. Ivandro Cardoso – Responsável, Tadja Fome
44. Andoé Nanque – Presidente, Associação de Filhos e Amigos da Região do Biombo N'dja lel' Fã
45. Samuel Djedjo – Presidente, Associação Onenoral dos Filhos e Amigos da Secção de Suzana
46. Djibril Cassama – Presidente, Associação de Filhos e Amigos de Amedalai
47. Malam Gomes – Presidente, Associação dos Naturais do Pelundo Residentes em Portugal
48. Fortunato Barros – Presidente, ONG Saúde Sabe Tene
49. Camilo Iero Balde – Presidente, Associação Patchara
50. Augusto Mansoa – Presidente, Federação das Associações da Guiné-Bissau em Portugal
51. Augusto Mansoa – Presidente, Associação Cultural e Recreativa dos Naturais e Amigos do Oio
52. Marsiano Mendes – Presidente, Associação Guineense dos Descendentes e Amigos de Pecixe
53. Nicante Santos – Presidente, Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Jeta
54. Djarga Seidi – Presidente, Associação Balodiren
55. Dulcinea Semedo – Técnica, Associação dos Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira
56. Augusto Mane – Membro do Conselho Fiscal, MON NA MON - Associação de Filhos e Amigos da Guiné-Bissau
57. Valerio Monteiro – Presidente, Núcleo Jovem da Associação de Filhos e Amigos de Pelundo Residente em Portugal
58. Domingos da Silva – Presidente, Associação Emigrante de Tame, Portugal

REINO UNIDO

- 59. Jairson Indequi – Presidente, Associação de Filhos e Amigos da Guiné-Bissau em Newcastle
- 60. Jacinto de Carvalho – Presidente, Bafatá na Corçon
- 61. Umaru Baldé – Presidente, Associação dos Filhos e Amigos de Canhamina

SENEGAL

- 62. Baciro Indjai – Membro, Associação dos Estudantes da Guiné-Bissau no Senegal
- 63. Abulai Kau - Membro, Associação Farah na thiagateu naba boukoul naba baboul, kao teckathie
- 64. Gilbert Gomis – Presidente, Association des Jeunes de Bara Mama/Ziguinchor

SUÍÇA

- 65. Adalgisa Lopes – Presidente, Association Suisse d'Aide aux Personnes Diabétiques en Guinée-Bissau
- 66. Balanto Baio - Presidente da Assembleia Geral, Associação da Solidariedade Guiné-Bissau Suíça



Um Programa da União Europeia
Ação implementada pelo IMVF

Exoneração de Responsabilidade

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da Ação *Ianda Guiné! Djuntu* e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.